

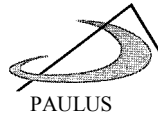
JOHN BRIGHT

HISTÓRIA DE ISRAEL

7ª edição, revista e ampliada
a partir da 4ª edição original.

Introdução e apêndice

WILLIAM P. BROWN



CAPÍTULO 1

O MUNDO DAS ORIGENS DE ISRAEL

A PRIMEIRA metade do segundo milênio a.C. (aproximadamente 2000-1550) nos leva à idade das origens de Israel.

Foi em determinado período, durante o curso destes séculos, que o Pai Abraão partiu de Harã, com sua família, seus rebanhos e suas manadas, para procurar terra e descendência no lugar que Deus ia mostrar-lhe.¹ Ou, para usar outras palavras, então ocorreu a migração para a Palestina de povos seminômades, entre os quais se encontravam os antepassados de Israel. Com essa migração começou aquela cadeia de acontecimentos, tão transcendentais para a história do mundo e tão redentores — a pessoa que tem fé diria "tão divinamente guiados" — que chamamos a história de Israel.

Poder-se-ia objetar que começar a história de Israel tão cedo seria muita pretensão, ou, pelo menos, o emprego impróprio da palavra "história". Esta objeção, se levantada, tem certa validade. Com efeito, a história de Israel não pode começar tão cedo, porque então não havia ainda um povo de Israel. Tampouco podemos afirmar, falando com propriedade, que a história de Israel começa antes do décimo terceiro século, e após essa data, quando encontramos estabelecido na Palestina um povo chamado Israel, sua presença é atestada por dados arqueológicos e escritos contemporâneos. Antes desta época, temos apenas povos seminômades, sem que nenhum documento contemporâneo fale deles, sem que eles tenham deixado após si nenhum vestígio tangível de sua passagem. Estes nômades, antepassados de Israel, não pertencem à história, mas à pré-história de Israel.

Entretanto, como a pré-história de um povo, no que ela pode ser conhecida, faz também parte da história deste povo, podemos começar aqui. Além do mais, Israel não era de fato de uma origem indígena na Palestina. Ele tinha vindo de alguma parte e tinha consciência disso. Por meio de um repositório de tradições sagradas, inteiramente sem paralelo no mundo an-

¹Mas cf. nota 45, acima.

tigo, Israel lembrava-se da conquista que ele fizera da sua terra, da longa peregrinação através do deserto para chegar a ela e das maravilhosas experiências que tivera e, antes de tudo isso, dos anos de escravidão no Egito. Ele também se lembrava como, em séculos mais recuados ainda, seus antepassados tinham vindo da longínqua Mesopotâmia, peregrinando até a terra que agora eles chamavam de sua. Embora procurar usar estas tradições como fontes históricas apresente sérios problemas que não podem ser subestimados nem evitados, as tradições devem, de qualquer modo, ser tomadas a sério. Devemos começar na época à qual elas se referem, avaliá-las à luz dos dados disponíveis e depois dizer o que pudermos sobre as origens de Israel.

Nossa primeira tarefa é descrever o mundo de então para que tenhamos uma perspectiva conveniente. Não é fácil, porque o mundo de então era o mais confuso que se pode imaginar — seu palco estava cheio de tantos atores que se torna difícil seguir a ação. Entretanto, devemos tentá-lo, com a brevidade que nos for possível, sem prejuízo da clareza.

A. O ANTIGO ORIENTE NOS ANOS 2000-1750 A.C. APROXIMADAMENTE

1. *A Mesopotâmia nos anos 2000-1750, aproximadamente*²

O segundo milênio começou com a Terceira Dinastia de Ur (Ur III: aproximadamente 2060-1950) dominando a maior parte da planície meso-potâmica. Contemporaneamente, processava-se um ressurgimento duradouro e glorioso da cultura sumeriana. Mas este feliz estado de coisas não devia continuar. Dentro de cinquenta anos o poder de Ur tinha terminado sem ter deixado sucessor. Com dinastias rivais que se digladiavam mutuamente, seguiu-se um período de fraqueza e de instabilidade.³

Seguimos, para este período, a "baixa" cronologia elaborada por W. F. Albright e, independentemente, por F. Cornelius - que coloca Hamurabi entre 1728 e 1686, e a Primeira Dinastia de Babilônia entre 1830 e 1530, aproximadamente. Cf. Albright, *BASOR*, 88 (1942), pp. 28-33, e numerosos artigos posteriores (mais recentemente, *ibid.*, 176 [1964], pp. 38-46; *ibid.*, 179 [1965], pp. 38-43; também *YGC*, pp. 53, 232ss); Cornelius, *Klio*, XXXV (1942), p. 7; mais recentemente, *idem*, *Geistesgeschkte der Fruhzeit*, II: 1, t. J. Bnll, Leiden, 1962, pp. 165-176. Esta cronologia tem muito em seu favor e foi bastante seguida; por exemplo, R.T. O'callaghan, *Aram Naharaim*, Pontificio Instituto Bíblico, Roma, 1948; A. Moortgat, *WAA*; H. Schmökel, *Geschkte des Alten Vorderasiens*, HO, 11: 3 (1957); W. Helck, *Die Beziehungen Agyptens zu Vorderwien im 3. und 2. Jahrtausend v. Chr.*, O. Harrassowitz, Wiesbaden, 1962. Mas a cronologia ligeiramente mais alta de S. Smith (*Alalakh and Chmnology*, Luzac & Co., Londres, 1940), que coloca Hamurabi entre 1792 e 1750, tem igualmente muitos defensores, e foi adotada na edição revista de *CAH*. Foram propostas também cronologias mais altas e mais baixas do que as precedentes; cf. E. F. Campbell, *BANE*, pp. 217ss para referências.

Sobre este período veja D. O. Edzard, *Die "zweite Zwischenzeit" Sabyloniens*, O. Harrassowitz, Wiesbaden, 1957; C. J. Gadd, *CAH*, I: 22 (1965); também, Edzard J. Bottéro, E. Cassin, J. Vercoutter, eds., *The Near East: The Early Civilizations*, George Weidenfeld & Nicolson, Publishers, Londres, 1967, pp. 157-231, sobre este período e sobre o período seguinte.

a. *A Queda de Ur III: Os amoritas.* O poder de Ur nunca fora fortemente centralizado. As dinastias locais, na tradição da antiga cidade-estado sumeriana, gozavam de um considerável grau de independência. À medida que se enfraquecia a autoridade central, essas dinastias foram libertando-se uma a uma, até que o último rei de Ur III, Ibbi-sin, já não passava de um governante local.

Os primeiros Estados que ganharam independência e liberdade foram os Estados da periferia: Elam no leste, Assur (Assíria) no Alto Tigre, e Mari no Médio Eufrates. O colapso de Ur começou quando Ishbi-irra, um oficial militar de Mari, estabeleceu-se como governante em Isin, e gradualmente estendeu o seu controle sobre grande parte do norte da Suméria. Ibbi-sin teve de enfrentar séria falta de alimentos na sua capital e, ou por causa do fracasso das colheitas ou por causa da devastação da agricultura provocada pelas incursões dos nômades, não pôde fazer nada para detê-lo. O fim chegou alguns anos depois (em 1950 aproximadamente), quando os elamitas invadiram a terra, tomaram Ur e a saquearam, e levaram Ibbi-sin para o cativeiro. Nunca mais Ur voltaria a ser uma potência.

De grande interesse é o papel desempenhado nestes acontecimentos por um povo chamado amoritas (nome conhecido pelos leitores da Bíblia, porém com uma conotação mais restrita). Durante alguns séculos, os povos do noroeste da Mesopotâmia e do norte da Síria eram citados nos textos cuneiformes como amurru, isto é, "ocidentais". Segundo tudo indica, esse termo tornou-se um termo geral que se aplicava aos povos que falavam os vários dialetos semíticos do noroeste. Dialetos esses encontrados na área que incluía, com toda probabilidade, aquelas raças das quais mais tarde se originariam os hebreus e os arameus. Desde muito cedo, no terceiro milênio, os seminômades semitas do noroeste tinham feito incursões em todas as partes do Crescente Fértil, dominando a Palestina e transformando a Alta Mesopotâmia virtualmente em terra "amorita". Mari, que tinha sido um estado tributário de Ur, foi governado por um rei amorita e tinha uma população predominantemente amorita. Com a queda de Ur, os amoritas inundaram todas as partes da Mesopotâmia. Conquistaram estado após estado. Por volta do décimo oitavo século, cada estado da Mesopotâmia era virtualmente governado por dinastias amoritas. Embora os amoritas adotassem a cultura da Suméria e de Acad, e, em grande parte, a sua religião, e embora escrevessem em acádio, seus nomes e outras evidências linguísticas traem a sua presença em toda parte.⁴

"Recentes discussões desse povo incluem: G. Buccellati, *The Amantes of the Ur III Period* (Istituto Orientale di Napoli, 1966); A. ^Idar, *Who Were the Amorites? Leiaén: 1.1.* Brill, 1971); M. Liverani. "The Amorites" (*POTT*, p. 100-133),

b. *Rivalidades dinásticas na Baixa Mesopotâmia até a metade do décimo oitavo século.* A herança de Ur III foi recebida por grande número de Estados rivais menores. Principais entre estes na Baixa Mesopotâmia eram Isin e Larsa, ambos governados por dinastas amoritas, um fundado por Ishbi-irra de Mari, que já mencionamos, o outro por Naplanum. Estes dinastas estavam empenhados numa longa rivalidade, cujos detalhes não nos interessam. Apesar de ambas as dinastias poderem manter-se durante uns duzentos anos, e apesar de os governantes de Isin se denominarem a si mesmos "Reis da Suméria e de Acad", pretendendo perpetuar o poder de Ur III, nenhum deles foi capaz de dar estabilidade à terra.

A fraqueza mútua destes dois Estados, na época, permitia ainda que outros rivais se entrincheirassem. Notável entre estes foi Babilónia, cidade da qual, até então, pouco se tinha ouvido. Aproveitando-se da situação confusa, uma dinastia amorita (I Babilónia) se estabeleceu lá em 1830, aproximadamente, sob um Sumu-abum e logo se viu em conflitos intermitentes com seus vizinhos imediatos, em particular Isin. Mas essas rivalidades não levavam a nada e eram visivelmente de poucas consequências, uma vez que nenhum destes Estados era bastante forte para empreender guerras de conquista em larga escala. De fato, a casa dominante de Larsa ficou eventualmente destruída, quando (perto de 1770) Kudur-mabuk, príncipe de Yamutbal (distrito da região ocidental do Tigre na fronteira de Elam, onde uma tribo amorita desse nome se tinha estabelecido) invadiu e tomou o governo da cidade e pôs para governá-la seu filho Warad-sin. Embora Kudur-mabuk tivesse nome elamita (como seu pai), ele pode ter sido chefe subordinado, de raça semita do noroeste, cuja família tivesse estado em serviço elamita (ele é chamado "pai de Yamutbal, pai Amurru"). Entretanto, os nomes de seus dois filhos, Warad-sin e Rim-sin, são ambos acadianos.

Poder-se-ia esperar que esta instabilidade política provocasse depressão económica. E de fato provocou. Sabemo-lo porque são muito menos numerosos os documentos comerciais da época. Mas a luz da cultura não se extinguiu absolutamente. As escolas de escrita floresciam em Nippur e em outras localidades. E nestas escolas trabalhava-se intensamente na cópia de textos antigos sumerianos, para legá-los à posteridade.

E também deste período que nos chegaram dois códigos de leis, ambos descobertos em anos recentes. Um em sumério, promulgado por Lipit-Ishtar de Isin (perto de 1870), o outro em acádio, do reino de Eshnunna (data incerta, mas não depois do décimo oitavo século).⁵ Estes dois códigos precedem o

⁵Cf. F. R. Steele. -the Code of Lipit-Ishtar'. *AIA*, 52 (1948), pp. 425-450, -A. Goetze. The Laws of Eshnunna, *AA50R*. XXXI (1956); Pritchard, *ANEJ*, pp. 159-163. para uma tradução de ambos.

famoso código de Hamurabi e provam, sem deixar margem à menor dúvida, que este se apoiava numa tradição legal antiga, muito difundida, que remonta ao código de Ur-nammu de Ur e a tempos ainda anteriores. Como o código de Hamurabi, ambos revelam notável semelhança com o Código da Aliança da Bíblia (Ex 21-23) e indicam que a tradição legal de Israel também se desenvolveu de semelhantes antecedentes.

c. *Estados rivais da Alta Mesopotâmia.* Entretanto, na Alta Mesopotâmia ainda outros antigos Estados tributários de Ur se estabeleceram como Estados de alguma importância. Destes, Mari e Assíria são de especial interesse. Mari, como notamos, foi a terra natal de Ishbi-irra, que ajudou a destruir Ur. Localizado no Médio Eufrates, era uma cidade antiga, que tinha sido um lugar de certa importância, em todo o terceiro milénio. No segundo milénio sua população foi predominantemente semita do noroeste (amorita), da mesma origem que os próprios antepassados de Israel. Falaremos depois da sua idade de ouro no décimo oitavo século, sob a dinastia de Yagid-lim, e também dos textos lá descobertos, os quais são de capital importância para a compreensão das origens de Israel.

Como a Assíria, cuja denominação deriva da cidade de Assur no Alto Tigre (e também deus nacional), foi um dos poucos Estados mesopotâmicos que não tinha ainda sido governado por dinastas amoritas. Embora os assírios fossem acádios, quanto à língua, à cultura e à religião, parece que eram de origem mista: uma combinação da velha raça acádia com as raças hurriana, noroeste-semítica e outras. Os mais antigos reis assírios eram "habitantes de tendas", isto é, seminômades, e, segundo tudo indica, semitas do noroeste. Mas por volta do começo do segundo milénio eles tinham nomes acádios (incluindo um Sargão e um Narain-sin, imitando os grandes reis de Acad) e consideravam-se os verdadeiros perpetuadores da cultura sumério-acádia. Quando um deles (Ilu-shuma) invadiu a Babilónia, por breve tempo, gloriava-se de que tinha vindo libertar os acádios (isto é, dos senhores amoritas e elamitas).

Começando provavelmente mesmo antes da queda de Ur III, e continuando durante o décimo nono século, a Assíria adotou uma política de expansão comercial para o norte e o noroeste. Sabemo-lo pelos textos capadócios — milhares de tabuletas em assírio antigo, encontradas em Kanish (Kúltepe), na Ásia Menor. Estas tabuletas mostram-nos colónias de mercadores assírios vivendo em suas tendas fora das cidades, e fazendo negócios com a população local, permutando mercadorias assírias com produtos nativos. Todavia, isso não representa uma conquista militar. Embora

os mercadores gozassem de certos direitos extraterritoriais, eles também pagavam impostos de várias espécies aos governantes nativos. É provável que, quando, nos dias perturbados que precederam a queda de Ur III, o caminho normal da Babilónia para o noroeste, via vale do Eufrates, tivesse ficado perigoso, por causa das hordas nómades que faziam incursões, os assírios aproveitaram a oportunidade para fazer uma nova rota até o Tigre e daí, através da Mesopotâmia, para dentro das terras hititas, por um caminho mais ao norte. A aventura terminou cedo, no décimo oitavo século, por razões que nos são obscuras. Voltou novamente por um breve período, depois da metade do século, e foi depois abandonada.⁶ Os textos capadócijs, como os de Mari, um pouco tardios, lançam uma luz benéfica sobre a idade patriarcal.

Era inevitável que as ambições destes vários Estados, Assíria, Mari, Babilónia, e o resto, entrassem em choque. A luta pelo poder estava esquentando e muito em breve chegaria a ferver.

2. O Egito e a Palestina em 2000-1750 a.C, aproximadamente

Em agudo contraste com a confusão política que prevalecia na Mesopotâmia, o Egito, na primitiva idade patriarcal, apresentava um quadro de notável estabilidade. Já vimos como, no terceiro milénio, o poder do Antigo Império, terminou naquele período de confusão e depressão chamado o Primeiro Intermediário. Mas quando começou o segundo milénio, o Egito procurou recuperar-se e preparou-se para entrar numa nova fase de prosperidade — talvez o período mais próspero de sua história — sob os faraós do Médio Império.

a. *A Décima segunda Dinastia (1991-1786)*⁷. O caos do Primeiro Intermediário terminou e a terra voltou a reunir-se na metade do século vinte e um com a vitória de certo Mentuhotep, príncipe de uma casa tebana (Décima Primeira Dinastia). Aqui começa o Médio Império. Embora o domínio da Décima Primeira Dinastia sobre todo o Egito fosse breve (aproximadamente 2040-1991)⁸ e terminasse num período de perturbação, o poder foi assumido pelo vizir Amenemhet, que inaugurou a Décima Segunda Dinastia.

⁶Para posterior discussão destas colónias, cf. J. Mellaart, *CAH*, I: 24, partes 1-6 (1964), pp. 41ss; Hildegard Lewy, *CAH*, I, 24, partes 7-10 (1965); idem, *CAH*, I:25 (1966), pp. 26ss; A. Goetze, *Kleinasien*, C. H. Beck, Munique, 1957, pp. 64-81. Veja também o sumário de M. T. Larsen, *MÓS* 94 (1974), pp. 468-475.

⁷As datas são as de R. A. Parker, *The Calendars of Ancient Egypt*, The University of Chicago Press, 1950, pp. 63-69, que são hoje em dia muito aceites; por exemplo, W. C. Hayes, *CAH*, I:20 (1964); W. Helck, *Oeschichte des Alten Ägypten*, *HO*, I: 3 (1968) e F Campbell, *BANE*, pp. 220ss etc.

⁸Para as datas, d. H. Stock, *Studia Aegyptiaca II: Die ente Zwischenzeit Ägyptens*, Pontificio Instituto Bíblico, Roma, 1949; cf. p. 103; também. Hayes, *ibid.*, p. 18.

Não é tarefa nossa traçar a história desta dinastia, em muitos aspectos a mais capaz que teve o Egito.⁹ Transferindo a sua capital de Tebas para Mentis, manteve-se no poder por mais de duzentos anos. Sob esta dinastia, o Egito gozou de um dos mais notáveis períodos de estabilidade de toda a sua história. Seis reis, todos chamados Amenemés (Amenemhet) ou Sesóstris (Senusret), tiveram um reinado médio de uns trinta anos, cada um. Além disso, conseguiu-se a estabilidade por meio de um sistema de co-regência, praticado pela maior parte deles, em que o filho se associava com o pai no trono antes da morte deste. Terminou o caos da independência feudal e, embora não se voltasse para o absolutismo monolítico do Antigo Império, o poder uma vez mais ficou centralizado na coroa e administrado pela burocracia real.

Entretanto, o Egito não passou do Antigo para o Médio Império sem algumas mudanças internas. O colapso do Antigo Império e o nascimento e a repressão subsequente da aristocracia feudal, sem dúvida alguma provocaram uma reviravolta na estrutura social e permitiram que novos elementos se elevassem a altas posições. Além disso, o enfraquecimento do velho absolutismo provocou a democratização das prerrogativas reais. Vê-se isso com a maior clareza na crença da vida futura. Enquanto no Antigo Império a vida futura parece ter sido privilégio somente do faraó, no Médio Império (como atestam os textos dos esquifes), os nobres — e na realidade qualquer um que tivesse a recompensa dos ritos funerários devidos — podiam esperar justificar-se diante de Osíris na vida futura. Com o nascer da Décima Segunda Dinastia, também o deus Amon, do qual pouco se falava antes, foi elevado à primeira categoria e identificado com Ra como Amon-Rá.

Os faraós da Décima Segunda Dinastia empreenderam muitos projetos ambiciosos com vistas à maior prosperidade nacional. Um sistema elaborado de canais transformou o lago Fayum numa bacia captadora para as enchentes do Nilo, preparando assim grandes extensões de terra para a lavoura. Uma cadeia de fortes através do canal de Suez (então istmo) protegia a terra das incursões das hordas semíticas. As minas de cobre do Sinai foram uma vez mais abertas e exploradas. O comércio se estendia, Nilo acima, para a Núbia, por Wadi Hammamat; para baixo, pelo mar Vermelho, para o Punt (Somália), e através dos mares para a Fenícia e Creta, e mesmo até Babilônia, como mostra o assim chamado depósito Tód, com sua grande quantidade de objetos no estilo da antiga Ur III e, em estilo mais remoto ainda.¹⁰ Numa

⁹Além das obras gerais, veja H. E. Winlock, *The Rise and Fall of the Middle Kingdom Thebes*, The Macmillan Company, Toronto, 1947; Hayes, *ibid.*; \ Vercoutter. Bottéro, Cassin, Vercoutter, eds., op. cit., pp. 347-382. "Esta data de Amenemhet II (1929-1895); dAIbright, *BASOR*, 127(1952),p.30;A.Scharff¹/A4,pp. 107ss.

palavra, o Egito gozava de uma prosperidade raramente igualada em toda a sua história. Com esta prosperidade floresciam as artes pacíficas. A medicina e as matemáticas alcançaram o auge de seu desenvolvimento. Produzia-se literatura de toda espécie, até obras didáticas (*Introdução de Merikare*, de Amenemhet etc.), contos e narrativas autobiográficas (*Marinheiro do Naufrágio*, *História de Sinuhe*), poemas e textos proféticos (*Profecia de Neferrehu*). Foi realmente a idade de ouro da cultura egípcia.

b. *O Egito na Ásia*. Embora esse período para o Egito fosse um período de paz, os faraós do Médio Império não se limitavam a atividades pacíficas. Ocuparam o vale do Nilo até a segunda catarata, fizeram incursões para além da Núbia e contra os líbios, para o oeste, mantendo ao mesmo tempo aberto o caminho para as minas do Sinai, no leste. Além disso, há também provas de que o controle egípcio se estendia à maior parte da Palestina, da Fenícia e do sul da Síria." Certo que não é fácil afirmar qual teria sido este controle e quão eficiente tenha sido (quem sabe, fosse apenas nominal). Mas, embora só saibamos especificamente de uma campanha militar (por Sesóstris III, durante a qual Siquém foi tomada¹²), não há razão para se duvidar da ascendência egípcia nessas áreas. Biblos era uma colônia tributária e pode mesmo ter sido governada, durante a maior parte deste período, diretamente do Egito, e não por príncipes nativos.¹³ Numerosos objetos de origem egípcia encontrados em vários lugares da Palestina (Gazer, Meguido etc.) atestam a influência egípcia naquela região. Objetos semelhantes de Qatna, Rãs Shamra e de outras partes indicam que os interesses diplomáticos e comerciais do Egito tinham chegado até a Síria.

Mas podemos inferir com toda certeza a extensão do controle do Egito na Ásia, pelos Textos de Execrações. Conheciam-se durante muito tempo dois grupos destes textos, quando veio a acrescentar-se a eles mais um terceiro grupo. Datam dos primeiros séculos do segundo milénio¹⁴ e ilustram como os faraós procuravam ameaçar com poderes mágicos os seus súditos que se

"Este controle é frequentemente negado. Mas veja especialmente Albright, *BASOR*, 83 (1941), pp. 30-36; 127 (1952), pp. 29ss;

mais recentemente. *YGC*, pp. 54ss. Veja também a discussão equilibrada de G. Posener, *CAH*, I: 21 (1965), partes 1-3.

"Cf. Pritchard, *ANET*, p. 230. O nome Siquém ("Shechem") recebeu restrições, mas ele aparece a cada passo nos Textos das Execrações (abaixo).

"Isso se conclui, entre outras coisas, do fato de os Textos das Execrações não mencionarem o príncipe de Biblos, mas somente "clãs"; cf. Albright, *BASOR*, 176 (1964), pp. 42ss; *ibid.*, 184 (1966), pp. 28ss. Mas outros acreditam que o soberano não era mencionado porque ele era súdito leal e a maldição se dirigia a elementos rebeldes do seu território; por exemplo, M. Noth, *AOTS*, p. 26.

"Estes textos são geralmente datados do décimo nono século e do décimo oitavo. Mas Albright data o primeiro grupo (publicado por K. Sethe em 1926) no final do vigésimo século, o segundo (publicado por G. Posener em 1940) no final do décimo nono, com o novo grupo (descoberto em Mirgissa na Núbia) no intervalo: d. *JAÓS*, 74 (1954), pp. 223-225; *BASOR*, 83 (1941), pp. 30-36;

mais recentemente, *BASOR*, 184 (1966), p. 28; *YGC*, pp. 47ss. Cf. Pritchard, *ANET*, pp. 328ss, para texto e discussão.

rebelavam contra sua autoridade, existente ou potencial. Na primeira série encontramos imprecações contra seus inimigos, gravadas em jarros e vasos, que eram depois feitos em pedaços, tornando assim a imprecação efetiva. Na segunda série, as imprecações eram escritas em estatuetas de argila. Representavam escravos atados. O terceiro grupo incluía ambos os tipos. Os lugares mencionados indicam que a esfera egípcia incluía o oeste da Palestina, a Fenícia, a região norte de Biblos e o sul da Síria.

A História de Sinuhe (vigésimo século)¹⁵ confirma esta conclusão, porque Sinuhe — um oficial egípcio que caíra em desfavor — foi obrigado a fugir para o leste de Biblos, para a região de Qedem, para ficar fora do alcance do Faraó.

c. *A Palestina dos anos 2000 a 1750 a.C. aproximadamente*¹⁶. Os primeiros séculos do segundo milénio na Palestina foram testemunhas de uma recuperação gradual do período de desordem e confusão descrito no capítulo anterior. Devemos lembrar-nos de que, na última parte do terceiro milénio, a Palestina sofreu grande devastação cultural, quando os invasores nómades irromperam dentro de suas fronteiras. Todas as cidades foram abandonadas e destruídas, uma a uma, terminando assim a Idade do Bronze antiga. Como dissemos, estes adventícios parecem primeiro ter preferido sua maneira nómade de vida. Somente depois de um tempo considerável, é que começaram a estabelecer-se em aldeias, em geral pequenas e indefesas. Pêlos fins do terceiro milénio, podia-se encontrar tais aldeias em diversas partes da região: nos lugares montanhosos, no vale do Jordão, até no sul da Transjordânia e no Negueb. Nas periferias, estas aldeias não tiveram longa duração. Na Transjordânia central e meridional a ocupação sedentária foi logo abandonada (pêlos fins da Idade do Bronze média), e eles voltaram à vida nómade, só retornando efetivamente à vida sedentária no décimo terceiro século¹⁷. No Negueb a situação era semelhante (parece que houve pouca ocupação sedentária aí, antes do décimo século).¹⁸ Mas começando no décimo nono século,

¹⁵Cf. Pritchard. *ANET*, pp. 18-22, para o texto.

¹⁶Na classificação de Albright (cf. *AP*, pp. 80-96) este período incide na Idade do Bronze média I e II A; na de Kenyon (veja cap. Anterior, nota 36) na Idade do Bronze antiga Intermediário e Idade do Bronze média e Idade do Bronze média I (mais o começo da Idade do Bronze II). As datas e as relações desses períodos é uma matéria disputada: cf. especialmente W. G. Dever, "The Beginning of the Middle Bronze Age Syria -Palestine", *Mag. Dei*, pp. 3-38: *idem*, *IHH*, p. 79-86 (bibliografia adicional é listada aqui).

¹⁷Cf. especialmente N. Glueck, *A4SOS*, XVIII-XIX (1939); *idem*, *The Other Side of the Jordan*, American Schools of Oriental Research, ed. rev., 1970, pp. 138-191. A descoberta de túmulos da Idade do Bronze média em Amman, e de um santuário do final da Idade do Bronze, ali perto, força algumas modificações das conclusões de Glueck, mas talvez conclusões não fundamentais onde o sill da Transjordânia é considerado: cf. Glueck, *AOTS*, pp. 443ss; também R. de Vaux, *RB*, LXXXIX (1972), pp. 436ss. Sobre o norte da Transjordânia neste período, cf. S. Mittmann, *Beitrag zur Siedlung und Territorialgeschichte des nördlichen Ostjordanlandes* (Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1970).

¹⁸Sobre a história ocupacional do Negueb, veja convenientemente Y. Aharoni, *AOTS*, pp. 384-403; também N. Glueck, *Rivers the Desert*, W. W. Norton 2.ª ed., 1968. Sobre as narrativas detalhadas de Glueck, deve-se consultar arquivos de *BASOR*, entre 1953 e 1960: mais recentemente, 179 (1965) pp. 6-29.

a Palestina ocidental experimentou uma recuperação notável, sob o impulso de uma influência cultural jovem e vigorosa, que se estendeu por toda a Palestina e pela Síria. Começaram a construir uma vez mais cidades fortificadas. E a vida urbana tornou a florescer, talvez com a chegada de novas levas de imigrantes e com o estabelecimento de seminômades em número crescente. As provas arqueológicas e os *Textos de Execrações*, dos quais falamos antes, atestam tal processo de recolonização. Os mais antigos desses textos (o grupo Sethe) mencionam muito poucas cidades (no sul da Palestina, somente Jerusalém e Ascalon é que se pode identificar com segurança), porém relacionam numerosos clãs nômades e seus chefes. Mas os últimos textos (o grupo Posener) relacionam numerosas cidades na Fenícia, no sul da Síria e no norte da Palestina. Este é, sem dúvida, um reflexo perfeito do desenvolvimento da vida sedentária, dentro de um período de, pelo menos, algumas gerações. Contudo, parece que grandes áreas, sobretudo na região montanhosa do centro e do sul (onde só podemos identificar, entre os nomes relacionados, as cidades de Jerusalém e de Siquém) continuam a ser densamente povoadas.

Parece-nos inteiramente certo de que estes adventícios eram "amoritas", da mesma origem semítica do noroeste, que encontramos na Mesopotâmia. Com efeito, seus nomes, os que são conhecidos, apontam unanimemente nesta direção.¹⁹ Seu modo de vida é ilustrado admiravelmente pela *História de Sinuhe*, mas sobretudo pelas histórias do Gênesis — aliás, é difícil evitar a conclusão de que a migração dos antepassados de Israel não fizesse parte deste movimento. Estes povos não trouxeram para a Palestina nenhuma mudança étnica fundamental, porque eram da mesma origem geral semítica do noroeste, como os seus predecessores. Além disso, à medida que eles se estabeleciam, assimilavam a língua de Canaã e passavam a fazer parte da cultura da Idade do Bronze média de Canaã. Durante o tempo da ocupação israelita (décimo terceiro século) não se pode traçar distinção clara entre os amoritas e os canaanitas.²⁰

d. *O fim do Médio Império*. Depois do reinado de Amenemhet III (1842-1797), a Décima Segunda Dinastia se enfraqueceu e dentro de alguns anos chegou ao fim. Se o fato ocorreu simplesmente porque a linhagem não encontrou nenhum sucessor forte, ou porque os nobres feudais, durante muito tempo combatidos pela coroa, começaram uma vez mais a se afirmarem, ou

"Especialmente dos Textos de Execrações; et também Albright," Northwest-Semitic Names in a List of Egyptian Slaves from the Eighteenth Century B. C.", *JAOS*, 74 (1954), pp. 222-233.

"Sobre os termos "canaanita" e "amorita" veja o capítulo precedente, notas 38 e 44. Cf. também M. Liverani, *POTT*, p. 100ss:

A. R. Miliard, *ibid.*, p. 29ss. Kenyon (d. *Amantes and Canaanites*, Oxford University Press, Londres, 1966), acredita que a civilização canaanita da Idade do Bronze média evoluiu por meio da fusão da cultura da Idade do Bronze antiga com a influência revitalizante dos invasores amoritas. Ela acha a pátria desta nova cultura na área de Biblos.

porque já tinha começado a pressão de povos estranhos, que acabariam por submeter o Egito, não cabe aqui discutir. À Décima Segunda Dinastia sucedeu a Décima Terceira. Embora esta dinastia continuasse a tradição tebana, e por isso, deva ser considerada como pertencendo ao Médio Império, o poder do Egito foi declinando rapidamente. E com certeza, depois de uma sucessão de governantes dos quais pouco se sabe, houve breve ressurgimento, sob Neferhotep I (entre aproximadamente 1740 e 1730) e seu sucessor. Esses soberanos foram capazes de restaurar e reafirmar a autoridade egípcia em Biblos, então governada por príncipes com nomes "amoritas". Um deles, chamado em egípcio "Entin" (isto é, "Yantin"), parece ser o Yantin-'ammu que é mencionado nos textos de Mari. Se esta é a verdade, temos um sincronismo perfeito e muito importante entre o Egito e a Mesopotâmia.²¹ Mas não se podia deter o colapso do Egito. Os chefes tribais da Palestina e da Síria — que nesse tempo tinham-se estabelecido, construíram cidades e tornaram-se régulos — não eram mais, nem mesmo nominalmente, sujeitos ao controle egípcio. Internamente, também havia fraqueza. Desde o começo da Décima Terceira Dinastia, partes do Delta ocidental tinham-se tornado independentes sob a Décima Quarta Dinastia e, com o correr do tempo, o domínio do faraó sobre todo o Norte do Egito foi cada vez mais enfraquecendo-se, à medida que os povos asiáticos invadiam a terra e nela consolidavam a sua posição. Dentro em breve, o Egito mergulharia numa época de trevas de dominação estrangeira.

B. O ANTIGO ORIENTE DE 1750 A 1550 A.C. APROXIMADAMENTE

1. *A luta pelo Poder no décimo oitavo século na Mesopotâmia*

Enquanto o Médio Império estava desmoronando no Egito, vinha começando a formar-se uma luta pelo poder na Mesopotâmia, que viria a culminar com o triunfo de Babilônia, sob o grande Hamurabi. Principais afores deste drama, além da própria Babilônia, foram Larsa, Assíria e Mari.

a. Expansão de Larsa e Assíria. — Depois da queda de Ur III, a Mesopotâmia tornou-se, por duzentos anos, o campo de batalha de pequenas nva-

²¹É, de fato, um argumento forte para adotar a "baixa" cronologia para a Mesopotâmia neste período (cf. nota 2, acima), porque ele mostra que a "Idade de Mari" — e assim Hamurabi — deve ser colocada na última parte do décimo oitavo século. Sobre a prova de Biblos, d. Albright. *BASOR*, 99 (1945), pp. 9-18; 176 (1964), pp. 38-46; 179 (1965), pp. 38-43; 184 (1966), pp. 26-35.

lidades dinásticas. Os mais importantes destes rivais, no sul, no começo do século dezoito, foram Isin, Larsa e Babilônia, cidades governadas por dinastias amoritas. Aliás, já vimos como, em 1770, mais ou menos, Kudur-mabuk, príncipe de Yamutbal, destruiu a dinastia de Larsa e estabeleceu seu filho Warad-sin como governante da cidade. A este sucedeu seu irmão Rim-sin, que se manteve no trono por bons sessenta anos (1758-1698). Como Warad-sin antes dele, Rim-sin também se denominava "Rei da Suméria e de Acad", afirmando-se assim o perpetuador da tradição de Ur III. Durante o seu longo reinado, ele não só se empenhou em programas extensivos de construção e obras públicas, mas também adotou uma política agressiva pela qual reduziu a maior parte do sul da Babilônia ao seu domínio. Alcançou o maior de seus triunfos quando, em plena metade de seu reinado, venceu e conquistou Isin, a rival antiga de Larsa. Essa conquista estendeu o controle de Rim-sin para o norte até as fronteiras da Babilônia, cujo soberano (1748-1729) era Sin-muballit, pai de Hamurabi. Quando Hamurabi subiu ao trono, herdou um território pequeno e seriamente ameaçado.

Entretanto, os dois Estados mais importantes da Alta Mesopotâmia eram Mari e Assíria, o primeiro com uma população amorita e governada pela dinastia de certo Yagi-lim, e a última governada por reis de nomes acádios. Mas a Assíria não foi capaz por si mesma de resistir à pressão amorita, porque na metade do décimo oitavo século a linha nativa foi descontinuada e substituída por governantes amoritas. O primeiro destes foi Shamnsi-adad I (1750-1718), o qual, ao subir ao trono, lançou uma política vigorosa que fez da Assíria em pouco tempo o Estado dominante da Alta Mesopotâmia. Embora os detalhes de suas conquistas não sejam inteiramente claros, sabemos que ele conseguiu submeter a maior parte do território existente entre os Montes Zagros e o norte da Síria, e chegar mesmo até o Mediterrâneo, onde ergueu uma esteira. Conseguiu também por um breve período restabelecer a colônia comercial de Kanish, na Capadócia, a qual a Assíria manteve durante todo o décimo nono século. Shamsi-adad chamava-se a si próprio "Rei do Mundo" (*sar kissati*), o primeiro soberano assírio a se dar este nome. A principal de suas conquistas foi Mari, que ele expugnou, banindo Zimri-lim, o herdeiro legítimo, e instalando seu filho Yasmah-adad como vice-rei. Fortaleceu ainda sua posição entrando em negociações para que seu filho desposasse a princesa de Qatna, que era um Estado importante na Síria central.²² Ao mesmo tempo, exerceu pressão no sul, tornando-se uma ameaça real para Babilônia, tão grande como o foi Rim-sin.

²²Sobre a situação política na Síria, d. Albright, *BASOR*, 77 (1940), pp. 20-32; 78 (1940), pp. 23-31; 144 (1956), pp. 26-30; 146 (1957), pp. 26-34; também, I. R. Kupper. *CAH*. II: 1 (1963).

b. A *"Idade de Mari"* (1750-1697, aproximadamente). Entretanto a Assíria não podia manter as suas conquistas. Dentro de alguns anos, inverteram-se os papéis, e Mari tomou o seu lugar — embora também por pouco tempo — como a potência dominante na Alta Mesopotâmia.

A história deste período foi brilhantemente ilustrada pelas escavações levadas a efeito em Mari, antes e depois da Segunda Grande Guerra.²³ As descobertas feitas então revelavam não só uma cidade de grande porte e muito rica, mas também mais de vinte mil placas e fragmentos em acádio antigo. Destas placas, umas cinco mil representam correspondência oficial, e o restante são documentos sobretudo comerciais e económicos. A luz que estes textos projetam sobre as origens da história de Israel é assunto sobre o qual nós voltaremos. Parece que depois de uns dezesseis anos de dominação assíria sob Yasmah-adad, filho de Shamsi-adad, Zimri-lim, de dinastia nativa, conseguiu expulsar os invasores e restabelecer a independência. Sob Zimri-lim (1730-1697, aproximadamente), Mari alcançou o seu auge, sendo considerado uma das maiores potências da época. Suas fronteiras se estendiam dos confins de Babilónia a uma região não muito distante de Carquemis. Manti-nham-se relações diplomáticas com Babilónia (estado com o qual havia uma aliança defensiva) e com vários estados da Síria. É de particular interesse o que nos diz uma das cartas de Mari, isto é, que as principais potências da época, além de Mari, eram Babilónia, Larsa, Eshnunna, Qatna e Aleppo (Yamkhad); os reis de todos eles, exceto apenas Rim-sin de Larsa, tinham nomes amoritas! Mari se gloriava de um exército eficiente, que utilizava carros com tração a cavalo, ainda que de modo limitado. Parece que já conheciam técnicas avançadas de sítio, incluindo aríetes de cerco;²⁴ um sistema de sinais luminosos tornava possível a comunicação rápida — ponto essencial numa terra sempre ameaçada por vizinhos agressores e por incursões de hordas seminômades.

Mari era uma grande cidade. Seu palácio, numa área de cerca de 200 por 120 metros, com umas trezentas dependências (incluindo salas de estar, cozinhas, despensas, salas de aula, sanitários e esgotos) deve ter sido uma das maravilhas do mundo. A abundância de documentos administrativos e comerciais nos mostra que a vida económica de então era altamente organizada. O comércio fazia-se livremente por perto e ao longe: com Biblos e Ugarit (Rãs Shamra) no litoral, com Chipre e Creta no além-mar, e até com a Anatólia.

"Veja, convenientemente, A. Parrot, AOTS, pp. 136-144, A. Malamat, "Mari", 84 XXXIV (1971), pp. 2-22. Em ambos os artigos há bibliografia para consulta posterior.

"Sobre o aríete veja nota 38 abaixo. Sobre as armas e as táticas deste período em geral, d. Y. Yadin, *The Art of Warfare Biblical tands*, McGraw-Hill, 1963, vol. 1, p. 58.75.

Entretanto, embora Mari tenha tido contato com Hasor na Palestina, os textos não fazem menção do Egito, que na época estava no seu período de confusão, na iminência do colapso do Médio Império. Apesar de os escribas escreverem em acádio, a população de Mari era predominantemente noroes-te-semítica (amorita), com pequena miscigenação de raça acádia e hurriana. A religião, como era de se esperar, consistia numa mistura de características noroeste-semíticas e mesopotâmicas, com um panteão povoado de deuses de ambas as áreas. Numa palavra, este povo era semita do noroeste, fundamentalmente de origem seminômade. Adotou a cultura acádia e falava uma língua afim à dos antepassados de Israel. Mais tarde falaremos deste assunto.

c. *O triunfo de Babilónia: Hamurabi (1728-1686)*. Mas a vitória na luta pelo poder não foi conquistada nem por Mari, nem pela Assíria, nem por Larsa, mas por Babilónia. O arquiteto desta vitória foi o grande Hamurabi.²⁵ Quando Hamurabi subiu ao trono. Babilónia estava numa situação difícil, ameaçada pela Assíria ao norte e por Larsa ao sul. Além disso tinha no noroeste uma grande rival — Mari. Mas Hamurabi, por meio de grande esforço e de uma série de movimentos magistralmente executados — incluindo a cínica violação de tratados —, foi capaz de reverter a situação e levar Babilónia para o vértice de seu poder. Não vamos ocupar-nos dos detalhes. Baste-nos dizer que Rim-sin, com quem Hamurabi tinha tido aliança, foi subjugado, banido de Isin, e forçado a confinar-se em Larsa, no sul. Depois, foi perseguido, arrancado dali e feito prisioneiro. Nesse meio tempo, Hamurabi desfechou contra a Assíria golpes mortais, que acabaram definitivamente com as suas ameaças e finalmente a reduziram à total sujeição. Enfim, com a maior parte da Baixa Mesopotâmia bem segura em suas mãos, voltou-se contra Zimri-lim de Mari, de quem tinha sido aliado. No seu trigésimo segundo ano de reinado (1697), Mari foi vencida. Alguns anos mais tarde, presumivelmente por causa da rebelião, foi totalmente destruída. Todavia, Hamurabi tornou-se senhor apenas de um modesto império, que compreendia a maior parte das planícies ribeirinhas entre os Montes Zagros e o deserto, ao sul do Golfo Pérsico, e incluindo partes de Elam. Ele estendeu seu controle ao norte tão longe quanto Nínive e ao noroeste para incluir Mari sobre o médio Eufrates. Mas até onde suas campanhas podem tê-lo levado além desses pontos, é incerto²⁶.

"Além das obras gerais, d. F. M.T. de L. Böhl, "King Hammurabi of Babylon" (*Opera Minora*, J. B. Wolters, Groningen, 1953, pp. 339-363; publicado pela primeira vez em 1946; também C. J. Gadd, *CAH*, II: 5 1965).

"Não sabemos de nenhuma campanha que tenha feito no norte da Síria. Uma *ASOR Newsletter* of April 1974, conta de um selo impresso encontrado em Alalakh sobre o qual o governador da cidade chama a si mesmo de "o servo de Hamurabi". Mas isso indica ou não uma conquista militar.

Sob Hamurabi, Babilónia desfrutou um notável florescimento cultural. Antes da Primeira Dinastia, Babilónia era um lugar insignificante, mas agora era uma grande cidade. Seus edifícios provavelmente eram muito mais imponentes que os de Mari, embora agora estejam debaixo do nível do lençol d'água e não possam ser reconstituídos. Com o ressurgimento de Babilónia, o deus Marduk foi elevado ao primeiro lugar no panteão. O templo de Etemenan-ki foi uma das maravilhas do mundo. Floresceram a literatura e todas as formas do conhecimento humano como raramente na antiguidade. Deste tempo, aproximadamente, temos uma riqueza de textos: cópias de épicos antigos (por exemplo, as narrações babilónicas da criação e do dilúvio); listas de palavras, dicionários, textos gramaticais sem paralelo no mundo antigo; tratados de Matemática que indicam um progresso tal na Álgebra que não foi superado nem mesmo pelos gregos; textos de Astronomia, compilações e classificações de toda sorte de conhecimento. Juntamente com esses conhecimentos — porque ainda não havia método científico — havia também interesse por toda espécie de pseudociência: astrologia, mágica, hepatoscopia, e semelhantes.

Entretanto, a mais importante de todas as realizações de Hamurabi foi o seu famoso código de leis, que ele publicou no final de seu reinado.²⁷ Naturalmente não era um código de leis no sentido moderno da palavra, mas uma nova formulação de uma tradição legal que remontava ao terceiro milénio e era representada pelos códigos de Ur-nammu, de Lipit-Ishtar e as leis de Eshnunna, das quais já falamos. E as outras leis que vieram mais tarde, as leis assírias e o Código da Aliança (Ex 21-23) são igualmente formulações desta, ou de semelhante tradição. Por isso, o Código de Hamurabi não representa uma nova legislação, destinada a substituir todos os outros processos legais, mas um esforço, por parte do Estado, para apresentar uma descrição oficial da tradição legal que devia ser considerada padrão, que pudesse servir de ponto de referência entre as várias tradições legais correntes nas várias cidades e áreas fora do reino. É de qualquer modo um documento do maior interesse pela luz que lança sobre a organização social da época e pelos numerosos paralelos que oferece com as leis do Pentateuco.

2. Período de confusão no Oriente Antigo

A última parte do período patriarcal foi um tempo de confusão. Mesmo quando Hamurabi levou Babilónia ao apogeu de seu poder, começava a cair sobre o mundo antigo uma noite escura. Por toda a Mesopotâmia, a Síria e a

²⁷Cf. Pritchard. ANET, pp. 163-180, para uma tradução.

Palestina, há provas de que havia povos em movimento. O Egito entrava num período de dominação estrangeira, durante o qual as inscrições nativas contemporâneas virtualmente desapareceram e em Babilónia as glórias de Hamurabi se evanesceram rapidamente.

a. Egito: os hicsos. Vimos como no século dezoito o Poder do Médio Império declinou. À medida que a autoridade central se enfraquecia, a posição do Egito na Ásia não podia mais ser mantida, e abria-se assim o caminho para que os povos asiáticos se infiltrassem no Delta e para que finalmente todo o Egito fosse subjugado por soberanos estrangeiros chamados hicsos. Quem eram estes hicsos e como eles conquistaram o poder no Egito tem sido objeto de muita discussão.²⁸ Muitas vezes eles são descritos como invasores selvagens, irrompendo do norte, arrastando a Síria e o Egito como se fossem uma correnteza. Mas este quadro precisa ser corrigido. O termo *hicsos* significa "chefes estrangeiros" e era aplicado pelos faraós do Médio Império aos príncipes asiáticos. Provavelmente os conquistadores adotaram este título, que mais tarde se tornou a designação do grupo invasor em geral. Uma vez que os nomes dos soberanos mais antigos, quanto os conhecemos, parecem ter sido canaanitas ou amoritas,²⁹ é provável que os hicsos fossem basicamente de origem noroeste-semítica, embora não seja impossível que outros elementos estivessem também ali incluídos. Eles adoravam os deuses canaanitas ou amoritas, e seu deus principal, Ba'al, identificava-se com o deus egípcio Seth. Parece que os soberanos hicsos eram príncipes canaanitas ou amoritas da Palestina e sul da Síria, e foram aqueles que, segundo os *Textos das Execrações*, aproveitaram-se da fraqueza do Egito para invadir a terra e nela se estabelecer. Eles podem assim ser considerados como um fenómeno de certo modo paralelo aos dinastas amoritas, cujas incursões já observamos na Mesopotâmia. Mas, julgando pelos nomes dos últimos soberanos hicsos — os quais além de alguns egípcios (por exemplo, Apophis) parecem ser parcialmente indo-arianos, na maior parte de origem incerta — é provável que este episódio da história do Egito não deixe de ter relação com aquele movimento de povos indo-arianos e humanos de que acabamos de falar.³⁰ A con

tratados importantes sobre o assunto: J. Van Seters, *The Hyksos*, Vale University Press, 1966; J. von Beckerath, *Untersuchungen zur politischen Geschichte der meiten Zwischenheit Ägypten*, J.-J. Augustin, Glückstadt, 1964; W. C. Hayes, *CAH*, II: 2 (1962); A. Alt, "Die Herkunft der Hyksos In neuer Sicht" (1954; reimpr. *KS*, III, pp. 72-98); T. Sâve-Söderbergh, "The Hyksos in Egypt", *JEA*, 37 (1951), pp. 53-71; H. Stock, *Studien zur Oeschichte und Archæologie der 13 bis 17Dynastie Ägyptens*, I.-I., Augustin, Gluckstadt-Hamburg, 1942.

"Incluindo um *'Anat-hre um Ya'qub(la<:ò)-hr*. Como fez notar Albright. (cf. *YGC*, p. 50), o último componente destes nomes (*hr* ou *'*) deve ser lidos como *'Al'ou 'Ali*, W que aparece na Bíblia como um nome divino, e também como um apelativo de Baal ("o exaltado") nos textos ugaríticos.

^Embora haja discussão entre vários estudiosos (por exemplo, Van Seters *op. cit.*, pp. 181-190; von Beckerath. *op. cit.*, pp. 114ss; também R. de Vaux, *RB*, LXXIV [1967], pp. 481-503). os hicsos parecem conter elementos humanos e outros elementos

quista do Egito pelos hicsos parece ter-se realizado em duas fases. Antes do fim do décimo oitavo século, os príncipes asiáticos entrincheiraram-se no Delta, consolidaram aí as suas posições, e começaram a estender sua autoridade ao Baixo Egito. Então, mais ou menos por volta da metade do décimo sétimo século, uma leva de novos e bem organizados guerreiros, aparentando uma composição muito mista, chegaram da Ásia e se estabeleceram no poder. Os chefes deste grupo tornaram-se os fundadores da assim chamada Décima Quinta Dinastia, e rapidamente estenderam o seu domínio a todo o Egito. Os hicsos puseram a sua capital em Avaris, cidade perto da fronteira nordeste, fundada certamente por eles, e desta cidade governaram o Egito por aproximadamente cem anos (de 1650 a 1542, aproximadamente).³¹ Na opinião de muitos, os antepassados de Israel entraram no Egito nesse período.

O controle dos hicsos estendeu-se Ásia adentro — e foi por isso que eles puseram a sua capital em Avaris. A Palestina certamente reconheceu sua autoridade, como mostram milhares de camafeus com imagem de escaravelhos e outros objetos aí encontrados. Discute-se se sua autoridade se estendia ainda mais ao norte. Alguns acreditam que o domínio dos hicsos ia, através do norte da Síria, até o Eufrates. Isso não é de per si impossível, porque na época não havia nenhuma força que lhes fizesse resistência. Foi também encontrada uma espécie de fortificação, associada com os hicsos, em toda a Palestina e em toda a Síria até Carquemis, como veremos. Outra questão é se a autoridade dos faraós hicsos se estendia sobre toda esta área. Não resta dúvida de que os vestígios atribuídos ao rei hicsos Khayana apareceram até em Creta e na Mesopotâmia. Mas isso, embora implique que os faraós hicsos ocupassem uma posição de influência no seu mundo, não passa de uma prova de relações comerciais muito vastas. A extensão das possessões hicsas na Ásia é desconhecida.

Foi somente depois de um século de domínio hicsos que a luta que devia libertar o Egito do invasor odiado se desencadeou. Os hicsos só tinham exercido um controle indireto no Alto Egito. Quase desde o começo do seu domínio, uma sucessão de príncipes tebanos (a Décima Sétima Dinastia) tinha governado os nomos, mais ao sul do Egito, como seus vassallos. Foi sob a liderança desta casa que começou a luta pela liberdade. Foi uma luta cruel e renhida. Seu primeiro líder, Sequenen-re', a julgar pela sua múmia, foi ferido

não-semíticos; cf. Helck, *Beziehungen* (na nota 2); *Geschichte* (na nota 7); também, Albright, *YGC*, pp. 50ss. Albright argumenta que Salatis, fundador da Décima Quinta Dinastia, tinha o mesmo nome (indo-ariano) de Za'aluti (Zayaluti), um régulo Manda, mencionado nos textos de Alalakh; cf. *IASOR*, 146 (1957), pp. 30-32.

"As datas são as encontradas em Helck, *Geschichte*, pp. 131-143, que são baseadas na "baixa" cronologia para a Décima Oitava Dinastia (cf. R. A. Parker, *JNES*, XVI [1957], pp. 39-43). Se seguirmos a alta cronologia de R. D. Rowton (*MÉS*, XIX [1960], pp. 15-22), deveremos acrescentar às datas vinte e cinco anos aproximadamente.

terrivelmente e com toda probabilidade morto em batalha. Mas seu filho Kamose conseguiu, com grandes esforços, unir os seus concidadãos e continuar a luta. O libertador, porém, foi Amosis (1552-1527, aproximadamente), irmão de Kamose, que é considerado o fundador da Décima Oitava Dinastia. Amosis deu repetidos combates aos hicsos, até que conseguiu rechaçá-los para a sua capital, Avaris, perto da fronteira nordeste. Finalmente (perto de 1540 ou depois), a própria cidade de Avaris foi tomada, e os invasores foram expulsos do Egito. Amosis perseguiu-os então até a Palestina, onde, depois de um cerco de três anos, submeteu a fortaleza de Sharuhên, na fronteira sul do país. O caminho para a Ásia estava aberto. O período do império do Egito, em que ele seria, inquestionavelmente, a maior potência do mundo de então, tinha chegado.

b. *Movimentos raciais na Mesopotâmia: décimo sétimo e décimo sexto séculos.* Contemporaneamente com a invasão do Egito pêlos hicsos, ocorreu grande pressão de novos povos em todas as partes do Crescente Fértil. Entre estes povos destacam-se os humanos.³² Eram provavelmente originários das montanhas da Arménia e falavam uma língua afim à do reino tardio de Urartu. Foi o primeiro povo mencionado nos textos cuneiformes do século vinte e quatro aproximadamente. Muitos destes povos, como notamos, invadiram o norte da Mesopotâmia, especialmente a região leste do Tigre, quando os guti destruíram o império de Acad. Embora os textos de Mari e de outras partes indiquem a presença de hurrianos, a população da Alta Mesopotâmia, no décimo oitavo século, era ainda predominantemente amorita. No décimo sétimo e no décimo sexto séculos ocorreu um influxo tremendo de hurrianos em todas as partes do Crescente Fértil: na região leste do Tigre, no sul e sudeste e em toda a Alta Mesopotâmia e norte da Síria, chegando até mesmo ao sul da Palestina. As terras hititas também os receberam. Por volta da metade do segundo milénio, a Alta Mesopotâmia e norte da Síria estavam cheios de hurrianos. Nuzi, na região leste do Tigre (como indicam os textos do décimo quinto século) era quase inteiramente humana. Alalakh, no norte da Síria, no décimo sétimo século,³³ já densamente hurriana, tinha-se tornado predominantemente hurriana, como indicam os textos do décimo quinto sé-

"Sobre os hurrianos veja: O'callaghan, *op. cit.*, pp. 37-74; Goetze, *Hethiter, Churriter und Assyrer*, H. Aschehoug, Oslo, 1936; I. J. Gelb, *Hurrians and Subareans*, The University of Chicago Press, 1944; E. A. Speiser, "Humans and Subareans", *JAOS*, 68 (1948), pp. 1-13; d *idem*, *AASOR*, XIII (1931/1932), pp. 13-54; *idem*, *Mesopotamian Origins*, University of Pennsylvania Press, 1930, pp. 120-163; também, I. R. Kupper, *CAH*, II: 1 (1963).

"Veja D. J. Wiseman, *The Alalakh Tablets*, British Institute of Archaeology at Ankara, Londres, 1953; d E. A. Speiser, *JAOS*, 74 (1954), pp. 18-25. O nível VII, onde foram encontrados os textos mais antigos, deve provavelmente remontar ao décimo sétimo século e não ao décimo oitavo; d Aibright, *BASOR*, 144 (1956), pp. 26-30; 146 (1957), pp. 26-34; R. de Vaux, *RB*, LXIV (1957), pp. 415ss.

culo. Rechaçando os hurrianos e em parte deslocando-se com eles, estavam os indo-arianos — provavelmente uma parte do movimento geral que levou uma população indo-ariana para o Ira e para a Índia. Os umman-manda, mencionados em Alalakh e em outras partes, estavam sem dúvida no número destes.³⁴ Falaremos mais tarde desse povo. Com seus carros ligeiros eles devem ter espalhado o terror por perto e ao longe. Antes do décimo quinto século, quando chegou ao fim a idade sombria, se estendia em toda a Alta Mesopotâmia o reino de Mitanni, que tinha soberanos indo-arianos, mas uma população basicamente hurriana.

Os movimentos acima descritos servem, sem dúvida, para explicar por que Hamurabi não conseguiu estender as suas conquistas mais para além até o norte e para o oeste, e por que o império que ele construiu não teve duração. Com toda a certeza não durou muito. Sob seu sucessor Samsu-iluna (1685-1648) já tinha desmoronado e, embora a dinastia tenha conseguido manter-se ainda durante cento e cinquenta anos, ele nunca retomou o poder. Isso foi em parte uma deterioração interna quando os Estados conquistados reafirmaram sua independência. Pouco depois da morte de Hamurabi, um Ilu-ma-ilu, descendente da linha de Isin, rebelou-se e fundou uma dinastia no sul (a Dinastia da Terra do Mar). Apesar de todos os seus esforços, Babilônia nunca conseguiu induzir este seu rival a aceitar condições, com o resultado de que a pátria permaneceu sempre dividida em duas partes. Tampouco Babilônia ficou imune da pressão de novos povos de fora. No reinado do sucessor de Hamurabi, um povo chamado cassita (cosseano) começou a aparecer na terra. Não se sabe nada sobre a origem deste povo, a não ser que veio das montanhas do Ira. Talvez pressionados pelos indo-arianos, eles se deslocaram das montanhas, como os guti tinham feito antes deles, e começaram a apoderar-se gradualmente das regiões adjacentes da planície mesopotâmica. Não tardou que seu poder rivalizasse com o da Babilônia e cada vez mais pusesse em perigo a própria existência deste último.

b. A Palestina no período dos hicsos. A Palestina não escapou de todas estas idas e vindas. Afinal de contas, ela fazia parte do império hicsu, e os próprios hicsos tinham vindo em grande parte, segundo tudo indica, daí e do sul da Síria. Além disso, há provas abundantes de que a Palestina neste período³⁵ recebeu uma infusão da parte do norte que lhe trouxe um novo elemento patricio. Embora nos textos primitivos praticamente todos os nomes da

³⁴CtAlbright, *BASOR*, 146 (1957), pp. 31ss; também, *ibid.*, 78 (1940), pp. 30ss; mas d Kupper, *CAH*, II: 1 (1963), pp. 40ss. ³⁵Na classificação deAlbright, MB II B-C; na de Kenyon, MB II. Veja nota 16 acima.

Palestina sejam semíticos, em registros do décimo quinto século e do décimo quarto, ainda que predominem nomes semíticos, abundam nomes hurrianos e indo-arianos. Os faraós do período subsequente conheceram a Palestina como Huru, ao passo que a Bíblia menciona os hurrianos (horitas) estabelecidos na região.³⁶ Parece, portanto, claro que as arremetidas dos indo-arianos, notadas acima, não ficaram aquém da Palestina. É provável que entre este povo uma aristocracia indo-ariana apoderou-se de um substrato hurriano, plebeu e ocasionalmente patricio. Vários dos últimos soberanos hicsos parecem ter provindo dessa origem ou de uma semelhante, não-semítica.

Esses recém-chegados trouxeram consigo novas armas temíveis e novas técnicas militares. Seus carros puxados a cavalo e seu arco composto³⁷ lhes davam uma mobilidade e uma potência de fogo sem paralelo no mundo de então. O carro de guerra, embora já conhecido no oeste da Ásia em período muito anterior a este, tinha sido aperfeiçoado pelos indo-arianos e era empregado como uma arma tática eficiente, como nunca o fora antes. Embora muitos o contestem, os hicsos provavelmente eram familiarizados com estas novas armas e técnicas e as aplicaram para apoderar-se do Egito, onde elas eram desconhecidas anteriormente. Neste período começou também a aparecer um novo tipo de fortificação. No começo, consistia numa rampa colocada no declive das barreiras abaixo das muralhas, construída de camadas de terra batida, argila, cascalho e tudo coberto com emboço. Mais tarde substituíram a terra batida por pedra, transformando a rampa numa grande muralha de pedra, que guarnecia o sopé da fortificação. Essa fortificação destinava-se provavelmente à defesa contra os aríetes, que eram muito usados no tempo.³⁸ Quase todas as cidades da Palestina nesta época tinham fortificações dessa espécie. Além disso, foram descobertos em vários lugares recintos cercados, de forma retangular, normalmente ao nível do chão, adjacentes a uma cidade murada sobre sua colina e cercados por altas trincheiras de terra batida, com um fosso na base externa. Tais recintos cercados retangulares são conhecidos no Egito, através da Palestina e da Síria (por exemplo, em Hasor e Qatna) e até em Carquemis no Eufrates. Pensou-se, durante muito tempo, que estes recintos retangulares cercados foram construídos como acam-

"Cf. W. F. Albright, "The Horites Palestine". L. G. Leary, ed., *From the Pyramids to Paul*, Nelson, 1935, pp. 9-26. Talvez vários outros grupos não identificados, mencionados na Bíblia (hevistas, jebusitas etc.) talvez fossem hurrianos; cf. E. A. Speiser, "Hurrians", *IDB*, II, pp. 664-666. Mas cf. R. deVaux, "Lês Hurrites de l'histoire et lês Horites de la Bible", *RB*, LXXIV (1967), pp. 481-503, que duvida que haja uma conexão entre os horitas e os hurrianos (e não acredita que os hurrianos tenham chegado ai antes deste período),

"Embora o arco composto pareça ter sido conhecido já no império de Acad, com toda certeza foi muito pouco usado nos primeiros séculos do segundo milênio; cf. Yadin, *op. cit.*, vol. I, pp. 47ss, 62-64, também *idem*, *IEI*, II (1972), p. 89-94.

"Cl. Y. Yadin, "Hyksos Fortifications and the Battering Ram", *BA50R*, 137 (1955), pp. 23-32. Para fortificações similares da Idade do Bronze antiga cf. J. D. Segar e O. Borowski, *BA*, LX (1977), esp. pp. 158-160.

pamentos protegidos, nos quais eram colocados os carros, cavalos e outras bagagens dos guerreiros hicsos. Mas qualquer que tenham sido a finalidade daqueles recintos, temos provas de que logo se fizeram lá dentro construções de várias espécies, de modo que se tornaram como os subúrbios da cidade, cuja população — sem dúvida aumentada por tropas e vivandeiros — não podia mais ser acomodada dentro das muralhas originais da cidade.³⁹

Por esse tempo, a simplicidade patriarcal da vida seminômade amorita tinha também desaparecido. As cidades eram numerosas, bem construídas e, como vimos, solidamente fortificadas. A população tinha aumentado de modo geral, juntamente com um progresso considerável de cultura material. O sistema de cidade-estado, característico da Palestina até a conquista israelita, parece que foi aperfeiçoado, sendo a terra dividida em vários pequenos reinos ou províncias, cada uma com seu próprio governante — que era, sem dúvida, sujeito a um controle superior de fora. A sociedade era de estrutura feudal. As riquezas eram distribuídas muito desigualmente. Ao lado das elegantes residências dos patrícios, encontramos os tugúrios dos servos semilivres. Entretanto, as cidades da época dão provas de uma prosperidade que raramente tiveram as cidades da Palestina nos tempos antigos.

c. *O antigo Reino Hitita e a queda de Babilônia.* Como dissemos, a idade sombria do Egito terminou por volta de 1540 com a expulsão dos hicsos e a elevação da Décima Oitava Dinastia. Mas Babilônia não teve a mesma sorte. Com efeito, a sua idade sombria continuou. Já internamente enfraquecida e sitiada por incursões cassitas, mais ou menos em 1530 ela caiu e a Primeira Dinastia chegou ao fim. O golpe mortal, porém, não foi desfechado pelos cassitas nem por nenhum vizinho rival, mas por uma invasão hitita da longínqua Anatólia.

Não podemos deter-nos no difícil problema das origens hititas.⁴⁰ O nome deriva de um povo não indo-europeu, chamado hattî, que falava uma língua que não tinha nenhuma relação com nenhuma família linguística conhecida. Pouco se sabe deste povo. Mas, no terceiro milênio, eles estavam estabelecidos na parte norte e central da Ásia Menor, numa área perto de Hattusas (Boghazkoy), que foi mais tarde capital do império hitita, e, ou eles lhe deram o seu nome, ou o tomaram desse lugar. Embora hattî seja o equivalente

"Para uma descrição deste tipo de fortificação, cf. Yadin, *op. cit.*, vol. I, pp. 67ss; sobre Hasor, onde estes recintos tinham enormes extensões, d. *idem*, Hasor (Londres: Oxford University Press, 1972), esp. Pt II. Para um entendimento diferente dessas estruturas, cf. os artigos de G. R. H. Wright e P. Parr *ZDPV*, 84 (1968).

""Veja, convenientemente, O. R. Gurney, *The Hittites*, Penguin Books, 1952; também, K. Bittel, *Grundzüge der Vor- und Frühgeschichte Kleinasiens*, ErnstWasmuth, Tubinga, 1950, 2." ed.; A. Goetze, *op. cit.* (nas notas 6 e 32); mais recentemente, J. Mellaart, *CAH*, I: 24 (1964, partes 1-6; *ibid.* II: 6 (1962); H.A. Hoffner, *POTT*, pp. 197-228.

filológico do português "hitita", para evitar confusão com o povo conhecido mais tarde na história com este nome, nos referiremos sempre a este povo como hatianos ou proto-hititas. Durante o curso do terceiro milénio, a Ásia Menor recebeu uma população nova, quando vários grupos que falavam línguas indo-européias intimamente correlatas (lúviano, nesiano, palaico) deslocaram-se do norte para esta área e aí se estabeleceram. Esses recém-chegados sobrepuseram-se à população existente e com ela se misturaram. Por fim, a língua badana foi substituída pelo nesiano na sua área de origem. Como resultado desta substituição, o nesiano tornou-se conhecido como o idioma hitita, e os que o falavam, como hititas. Os hititas escreviam sua língua (o nesiano, e também o lúviano) em caracteres cuneiformes, que trouxeram da Mesopotâmia — embora houvesse também um hieróglifo na escrita de um dialeto lúviano.

Quando começou o segundo milénio, as terras hititas (como nos revelam os textos capadóciolos do décimo nono século) estavam organizadas num sistema de cidades-estados: Kussara, Nesa, Zaipa, Hattusas etc. Embora pareça que tenha havido alguma unificação por volta do começo do décimo sétimo século, sob os reis de Kussara, o primeiro período do poder hitita começou com o estabelecimento do também chamado Reino Antigo. Este feito é atribuído por tradição a Labarnas (começos do décimo sexto século?), mas os inícios parecem que são muito mais remotos ainda.⁴¹ De qualquer modo, antes da metade do décimo sexto século, existia um reino hitita poderoso na parte leste e central da Ásia Menor, porque encontramos o sucessor de Labarnas, Hattusilis I, fazendo incursões para o sul contra a Síria — como costumavam fazer todos os reis hititas, sempre que podiam — e atacando Yamkhad (Aleppo). Aleppo finalmente caiu sob o seu sucessor Mursilis I. Este, por sua vez (em mais ou menos 1530), aventurou uma incursão ousada nas terras hurrianas até o Eufrates e Babilónia. O triunfo o esperava. Subjugou Babilónia, saqueou-a, e o domínio da Primeira Dinastia, que tinha resistido durante trezentos anos, chegara finalmente ao ocaso.

Entretanto, isso não quer dizer que toda a Mesopotâmia tivesse passado para as mãos dos hititas. A façanha de Mursilis foi uma invasão — nada mais. Ele nunca incorporou o vale do Eufrates ao seu império. Pelo contrário, o antigo reino hitita, sitiado pela pressão hurriana da parte oriental e sofrendo de sua crónica incapacidade de assegurar a sucessão do trono sem violência (o próprio Mursilis foi assassinado) declinou vertiginosamente. O

⁴¹As placas de Atalakh parecem mostrar que um rei hitita, algumas gerações antes de Labarnas, guerreou contra Aleppo: et Aibright, *BASOR*, 146 (1967), pp. 30ss.

poder hitita bateu em retirada para a Ásia Menor. E por mais de um século não desempenhou nenhum papel importante no palco da história. Entrementes, em Babilónia, os cassitas herdavam o controle, embora sofressem por algum tempo a rivalidade dos soberanos da Terra do Mar. Uma dinastia cassita manteve-se no poder durante uns quatrocentos anos (até o décimo segundo século). Foi uma época sombria para Babilónia, durante a qual ela nunca conseguiu voltar a seu lugar de destaque. As artes pacíficas definharam e o comércio não retornou à normalidade durante mais de um século. Ao mesmo tempo, a Assíria, duramente pressionada por seus vizinhos, ficou reduzida a mero Estado de segunda categoria, sobrevivendo com muita dificuldade. Vemos assim que, durante toda a idade patriarcal, nunca se chegou a uma estabilidade política duradoura na Mesopotâmia.

Agora, devemos interromper nossa narrativa por um momento, neste ponto, com o Egito ressurgindo e a Mesopotâmia mergulhando em total confusão. Voltaremos ainda a tratar do problema da entrada ou não dos ancestrais de Israel no Egito, durante este período. Mas é neste cenário que acabamos de descrever que devem ser colocadas todas as narrativas dos capítulos 12 a 50 do Génesis.

CAPÍTULO 2

OS PATRIARCAS

As HISTÓRIAS dos patriarcas (Gênesis, capítulos 12 a 50) formam o primeiro capítulo da grande história teológica das origens de Israel que encontramos nos primeiros seis livros da Bíblia. Eles nos dão conta de que, séculos antes de Israel tomar posse de Canaã, seus antepassados tinham vindo da longínqua Mesopotâmia e como seminômades tinham vagueado pela terra, sustentados pelas promessas de seu Deus de que ela um dia ia pertencer à sua posteridade. Virtualmente tudo o que conhecemos das origens de Israel e de sua pré-história, antes que começasse a viver como povo na Palestina, deriva da narrativa do Hexateuco, que preservou para nós a tradição nacional relativa a estes acontecimentos como o próprio Israel os recordava. Nenhum povo antigo tinha tradições comparáveis a estas. Com efeito, pela riqueza de detalhes, beleza literária e profundidade teológica, elas não têm paralelo com as tradições desse tipo na história. Embora as novas evidências (de Ebla, por exemplo) possam nos forçar à revisão do que já apresentamos, e embora não possamos assinalar datas exatas para os patriarcas, as narrações das quais nos ocupamos agora devem ser postas, como se verá com clareza mais abaixo, no contexto dos séculos descritos no capítulo precedente.

Em vista de tudo isso, poderia parecer simples escrever a história das origens de Israel, e até a própria vida dos patriarcas. Mas não é esse o caso. Não somente é impossível relacionar as narrativas bíblicas, ainda que com precisão aproximada, com os acontecimentos da história contemporânea, mas as próprias narrativas são tais que constituem o problema maior da história de Israel. Esse problema, numa palavra, refere-se ao grau segundo o qual podemos usar estas tradições primitivas como base para reconstituir os acontecimentos históricos. Há ainda a questão sobre se podemos simplesmente usar estas tradições primitivas como base para reconstituir os acontecimentos históricos. É um problema que não pode ser evitado. Se pôr a questão poderia inquietar aqueles que são levados a aceitar o texto bíblico sem contestação, do mesmo modo esquivar-se dela poderia parecer, àqueles que têm opinião contrária, uma fuga da dificuldade. Tudo isso poderia tornar a

nossa discussão sem valor. Por isso é que me pareceu bem interpor neste ponto algumas palavras com respeito à natureza do problema e ao método que seguiremos¹.

A. NARRATIVAS PATRIARCAIS: O PROBLEMA E O MÉTODO SEGUIDO

1. *A natureza do material*

O problema de descrever as origens de Israel é inerente à natureza do material que temos à nossa disposição. Se é correto afirmar que a história só pode ser escrita com segurança se for baseada em documentos da época, é fácil perceber por que isso é assim, pois as narrativas patriarcais não são certamente documentos históricos contemporâneos aos acontecimentos que narram. Mesmo que muitos possam sentir que a inspiração divina assegura a exatidão histórica, descartar o problema, apelando para o dogma, seria inteiramente insensato. Com efeito, a Bíblia não faz profissão de seguir rigorosos métodos históricos, embora possamos confiar que suas narrativas possam submeter-se às mesmas críticas a que se submetem os outros documentos da história.

a. *A hipótese documentária e o problema das narrativas patriarcais.* Uma vez que se considera até por tradição que foi Moisés quem escreveu as narrativas patriarcais (Moisés, que viveu séculos mais tarde), não há teoria que possa ser invocada para se provar que elas são narrativas históricas contemporâneas. Entretanto, somente com o triunfo da crítica bíblica na última metade do século dezenove, e com submeter-se a Bíblia aos métodos da historiografia moderna, foi que o problema surgiu pela primeira vez.

Aventou-se a hipótese, que se tornou gradualmente o consenso dos eruditos, de que o Hexateuco foi composto dos quatro maiores (mais outro menor) documentos (J, E, D e P), dos quais o mais antigo (J) remonta ao nono século, e o mais recente (P) data do tempo depois do exílio. Esta hipótese perfeitamente compreensível levou os críticos a encarar as primitivas tradições de Israel com olho cético. Uma vez que nenhuma delas era conside-

¹Cf. minha monografia *Early Israel Recent History Writing: A Study Method*, SCM Press, Londres, 1956. Continua a discussão do problema metodológico: veja, por exemplo, G. E. Wright, "Old Testament Scholarship in Prospect", *JBR*, XXVIII (1960), pp. 182-193; *idem*, "Modern Issues in Biblical Studies: History and the Patriarchs", *ET*, LXXI, (1960), pp. 292-296; G. von Rad, "History and the Patriarchs", *FT*, LXXII (1961), pp. 213-216; M. Noth, "Der Beitrag der Archäologie zur Geschichte Israels", *VT*, Suppl., vol. VII (1960), pp. 262-282; G. E. Mendenhall, "Biblical History in Transition", *BANE*, pp. 32-53; R. de Vaux, "Method in the Study of Early Hebrew History", *The Bible Modern Scholarship*, I. P. Hyatt ed., Abingdon Press, 1965, pp. 15-29. Veja as notas 12 e 13 abaixo.

rada nem mesmo remotamente contemporânea aos acontecimentos descritos, e uma vez que os pressupostos proibiam apelar para uma doutrina da Escritura como garantia para uma exatidão factual, resultava uma avaliação extremamente negativa. Embora se concedesse que as tradições pudessem conter reminiscências históricas, ninguém podia dizer com segurança o que eram estas reminiscências. Hesitava-se em dar valor às tradições na reconstituição da história das origens de Israel. Quanto às narrativas patriarcais, embora elas fossem julgadas e apreciadas em virtude da luz que lançavam sobre as crenças e práticas dos respectivos períodos nos quais os vários documentos foram escritos, seu valor como fontes de informação a respeito da pré-história de Israel é considerado como mínimo, ou inteiramente nulo.² Abraão, Isaac, Jacó eram comumente explicados como antepassados epônimos de clãs, ou mesmo como figuras de mito, e sua existência real não raro foi negada. A religião patriarcal, como é pintada no Génesis, foi considerada como projeção no passado de crenças posteriores. Seguindo a linha das teorias evolucionistas muito difundidas da época, a religião real dos antepassados nômades de Israel era descrita como animismo ou polidemonismo.

Ainda hoje, apesar do crescente reconhecimento de que o julgamento acima era demasiado severo, o problema não foi resolvido. A hipótese documentária ainda tem a aceitação geral, e deve ser o ponto de partida para qualquer discussão. Embora a história da reconstrução de Israel e de sua religião elaborada por Weilhausen e seus seguidores encontre poucos defensores hoje, e embora os próprios documentos apresentados sejam considerados pela maioria numa luz completamente nova, a própria hipótese documentária não foi inteiramente abandonada.³ Mesmo aqueles que afirmam que abandonaram os métodos de crítica literária pelos métodos de tradição oral ainda se sentem obrigados a trabalhar com blocos de material correspondendo superficialmente ao que designamos pelos símbolos J, E, D e P.⁴ O problema levantado pelos fundadores da crítica bíblica permanece, portanto, em toda a sua força. Até a data de hoje o tratamento que se tem dado à história de Israel tende a dar uma avaliação negativa às tradições primitivas, com uma conseqüente relutância em confiar nelas como fontes de informação histórica.

¹ *hisim*, classicamente, S. Weilhausen, *Prolegomena to the History of Israel*, trad. ingl.: Black and Menzies, A. and C. Black, Edimburgo, 1885, pp. 318ss.

² Isso está sendo atacado em sua forma original: cf. R. Rendtorff, *Das Übertieferungsgeschichtliche Problem des Pentateuch*

(BZAW, 147, 1977; H. Schmid, D¹ *sogean^{7a} vst: Beo^Èac^{lto} ge^u d^r rege^{ur} fentateuc^{lfcBC} ung (Zurich: Theologische Verlag, 1976). Veja também a discussão de vários estudiosos em *JSOT*, 3 (1977). Nenhum deles, naturalmente, sinaliza um retorno a posições tradicionais.

³ veja C. R. North *OTMS*, pp. 48-83, especialmente suas observações a respeito do trabalho da escola de Uppsala.

b. *Nova luz sobre as tradições patriarcais.* Entretanto, embora a gravidade do problema não deva ser minimizada, tornou-se cada vez mais evidente que temos necessidade de uma avaliação nova e mais complacente. Não se chega a estas conclusões em bases dogmáticas, mas em virtude de várias linhas de estudo objetivo que influenciaram o problema e forçaram uma revisão das noções adoradas anteriormente. Sem dúvida alguma, a mais importante destas foi a luz lançada pelas pesquisas arqueológicas na idade das origens de Israel. Deve-se ter em vista que, quando se elaborou a hipótese documentária, e ela estava em vigor, pouco se sabia em primeira mão sobre o Oriente Antigo. Nem mesmo se conjecturava a grande antiguidade de sua civilização, e a natureza de suas diversas culturas não era absolutamente compreendida. Era fácil, portanto, na falta de uma base objetiva de referência para avaliar as tradições, que os homens duvidassem do valor histórico de documentos tão distantes dos acontecimentos que relatam, e vendo Israel no isolamento contra uma perspectiva reduzida, atribuir ao seu período mais antigo as crenças e os costumes mais bárbaros.

Não há nenhuma necessidade de dizer que esta situação mudou radicalmente. Fizeram-se escavações em numerosos sítios e, à medida que os fragmentos de material e das inscrições iam aparecendo e sendo analisados, a idade patriarcal ia iluminando-se de uma maneira incrível. Temos agora textos, literalmente dezenas de milhares, contemporâneos ao período das origens de Israel. Entre outros são estes os mais importantes: os textos de Mari do décimo oitavo século (uns 25.000); os textos capadóciós do décimo nono século (muitos milhares); milhares de documentos da Primeira Dinastia de Babilónia (do décimo nono século ao sexto); os textos de Nuzi do décimo quinto século; as placas de Alalakh, do décimo sétimo século e do décimo quinto; as placas de Rãs Shamra (do décimo quarto século aproximadamente, mas contendo material muito mais antigo); os Textos das Execrações e outros documentos do Médio Império Egípcio (do vigésimo ao décimo oitavo séculos), e muitos outros. E a estes devem agora ser acrescentadas as mais recentes descobertas dos textos de Ebla do norte da Síria (acima de 16.000), os quais, embora ainda venham de um período antigo (meados do terceiro milénio, aproximadamente) ainda não foram publicados e analisados, indubitavelmente trará muita luz sobre a questão das origens de Israel. E, à medida que o começo da Idade do Bronze média vinha emergindo para a luz do dia, tornou-se claro que as narrativas patriarcais, longe de refletirem as circunstâncias de dias posteriores, enquadram-se precisamente na idade da qual elas se propõem falar. Mais abaixo veremos algumas destas provas. A única conclusão possível é que as tradições, qualquer que seja a sua veracidade histórica, são realmente muito antigas.

A consciência disso é que, com toda a certeza, forçou os estudiosos a não abandonarem de todo a hipótese documentária. Mas levou-os a radicais modificações desta hipótese e a uma nova apreciação da natureza das tradições. Pensou-se, e com muita razão, que todos os documentos, independentemente da data de sua composição, contêm material antigo. Embora os autores dos documentos dessem forma a este material e imprimissem neles o seu caráter distintivo, é duvidoso — mesmo onde não se pode provar pormenorizadamente — que algum deles tenha inventado material "de novo".

Isso significa que, embora os documentos possam ser datados aproximadamente, o material que eles encerram não pode ser classificado numa progressão cronológica nítida. Não se pode concluir que os documentos mais antigos devam ser preferidos aos mais recentes, ou que o fato de datar um documento é um veredicto sobre a idade e o valor histórico do seu conteúdo. O veredicto deve ficar com cada unidade individual de tradição estudada em si mesma.

Por isso não devemos surpreender-nos que os últimos anos tenham presenciado um interesse crescente pelo exame de unidades menores de tradição à luz de métodos críticos formais e dados comparativos. Embora não se possa falar de unanimidade de resultados, estes estudos têm sido feitos em grande escala e com bons frutos. A muitos destes estudos nos referiremos neste e nos capítulos seguintes. Destes estudos resultou que numerosos poemas, listas, leis e narrativas, mesmo nos documentos mais recentes, se apresentam com um alto grau de probabilidade de ser de origem antiga e de grande valor histórico. Isso também significa, por sua vez, que se tornou possível um quadro muito mais positivo de Israel em suas origens mais remotas.

Além disso, o fato de os documentos (apesar de serem séculos mais recentes) refletirem autenticamente o meio da época da qual eles tratam, despertou grande apreciação do papel da tradição oral na transmissão do material. É fato universalmente aceito que muito da literatura do mundo antigo — narrações épicas, sabedoria popular, material legal e litúrgico — foi transmitido oralmente. Até em tempos mais recentes, nas sociedades em que os materiais escritos são escassos e é grande o índice de analfabetismo, toda a sua literatura tradicional é transmitida através das gerações, durante séculos, oralmente. Mesmo quando se dá ao material a forma escrita, não se dispensa necessariamente a tradição oral, mas ela continua a viver lado a lado com a tradição escrita, sendo esta um controle para aquela, mas nunca substituindo.⁵

"Veja Albright, *FSAC*, pp. 64-81. A literatura sobre o assunto é demasiado vasta para ser relacionada aqui; d a discussão de R. C. Culley, ed., *Oral Tradition and Old Testament Studies* (Missoula, Mont.: Scholars Press, 1976). Para exemplos da operação da tradição oral nos tempos relativamente modernos, cf. T. Boman, *Die Jesus-Überlieferung im Lichte der neueren Volkskunde*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen. 1967, pp. 9-28.

A tenacidade com que a tradição oral funciona varia com o tempo e as circunstâncias e não deve, por isso, nem ser exagerada nem ser desvalorizada. Uma vez que a poesia é mais facilmente lembrada do que a prosa, é razoável supor que o material em verso, ou exarado em fórmulas fixas, como é geralmente o material legal, deveria ser transmitido com muito maior exatidão do que em outras formas de discurso. Além disso, deve-se levar em consideração a tendência da tradição oral de estereotipar o material em formas convencionais, formulá-lo, reagrupá-lo, depurá-lo, e frequentemente dar-lhe uma fórmula didática. Por outro lado, a transmissão oral tende a ser mais tenaz onde se conhece a escrita, que pode agir como um freio sobre os devaneios da imaginação, e onde a organização de um clã tem interesse nas tradições vivas dos antepassados. Estas condições, podemos dizê-lo, prevaleciam de certo modo entre os hebreus na época em que suas tradições estavam tomando forma, uma vez que os hebreus tinham sentimentos especialmente fortes em relação a laços de clã e de culto, e também porque a escrita esteve sempre em uso em todos os períodos de sua história. Podemos, portanto, supor que, entre os documentos do Pentateuco, como os lemos, e os acontecimentos que eles narram, existe uma corrente de tradição, intacta e viva, quem sabe, complexa. É lícito, também, supor que, mesmo depois que começou o processo da fixação escrita, a tradição oral continuou seu papel de modelar, depurar e ampliar o material.

c. *Atrás dos documentos: a formação da tradição.* A história das tradições patriarcais antes de entrarem nos vários documentos só pode ser traçada em parte, e mesmo assim, por inferência. Mas porque aqui não se observa D, e uma vez que P, embora fornecendo uma estrutura cronológica e genealógica, pouco acrescenta à narrativa, o volume do material é atribuído a J e E.⁶ Estes dois documentos possuem, apesar de suas numerosas divergências, uma notável homogeneidade de esquema e contam fundamentalmente a mesma história.

E provável, mesmo, que as diferenças entre os dois sejam ainda menores do que parecem, porque pode bem ser que, quando foram urdidos (provavelmente depois de 721) numa única narrativa (JE), uma margem ou a outra (geralmente J) constituiu a base e a outra foi usada para completá-la. Daí resultou que, quando as duas ficam em paralelo, a tendência é eliminar uma delas, porque somente nos pontos em que elas divergiam é que ambos os relatos eram conservados.⁷ Sendo este o caso, as diferenças observáveis representam o máximo, não o mínimo de área de divergência.

⁶Veja especialmente M. Noth, *A History of Pentateuchal Traditions* WS: trad. Ing, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1972), Cf. Albright, *FSAC*, pp. 80ss; Noth, *Pentateuchal Traditions*, pp. 24-27.

É muito difícil de se duvidar de que J e E transmitam material tirado de um património comum de tradições antigas. As diferenças entre eles tornam difícil crer que E é inteiramente dependente de J, ao mesmo tempo que as suas semelhanças tornam igualmente difícil crer que eles não tenham nenhuma relação entre si. E de todo em todo razoável considerá-los como recensões paralelas de uma antiga épica nacional, ou corpo de tradições nacionais, que eram compostas e transmitidas em diferentes partes da terra.⁸ Embora E seja demasiadamente fragmentária para permitir que alguém reconstrua os esquemas desta fonte comum, pode-se presumir que estivesse por trás das duas fontes pelo menos naqueles pontos em que estão paralelas. Alternativamente, argumentou-se que E representa nova recensão de J, feita no norte de Israel depois da divisão da monarquia, que retrabalhou e revisou material tirado de J, em seu próprio modo particular, mas que introduziu ainda mais tradições antigas que não estavam incluídas em J.⁹ A questão é difícil de resolver-se, sobretudo por causa da natureza fragmentária de E.¹⁰ Mas os temas principais da narrativa do Pentateuco estão presentes em ambas as fontes, e estavam possivelmente presentes no volume de tradições do qual no final das contas se tirou o seu material. E o fato de ser J geralmente datado no décimo século significa que estas tradições devem ter existido em uma forma fixa qualquer já no tempo dos Juizes.

Não sabemos se o corpo de tradições que serviu de fonte para J e E foi transmitido oralmente ou por escrito, ou se de ambos os modos simultaneamente. Tampouco sabemos se o material foi transmitido em forma de poemas épicos, de narrações em prosa, ou se de ambos os modos ao mesmo tempo. Mas a suposição de um original poético é plausível, pelo menos porque uma longa transmissão é muito mais provável que seja nesta forma.¹¹ De qualquer modo, houve com certeza uma longa transmissão histórica. Mas os pormenores desta história — as circunstâncias precisas sob as quais se originaram e se desenvolveram as várias tradições — estão totalmente além de nossos conhecimentos, e provavelmente continuarão sempre. As tentativas de reconstrução de uma história-tradição completa são demasiado especulativas, e muito pouco baseadas em evidência objetiva, para impor confiança. Podemos somente supor que as tradições surgiram separadamen-

⁸Assim R. Kittel. *GVI*, I, pp. 249-259; Albright, *FSAC*, p. 241; Noth, *Pentateuchal Traditions*, pp. 38-41.

⁹Esta é a posição atual de W.F. Albright; cf. *CBQXXV* (1963), pp. 1-11; *YGC*, p. 25-37. Sobre a posição anterior, veja a nota precedente.

¹⁰Apesar de sua condição fragmentária, E representa um trabalho originalmente coerente com seu ponto de vista distintivo e com seu interesse: cf. H.W. Wolff, "Zur Thematik der elohistischen Fragmente im Pentateuch", *Evfh*, 27 (1969), pp. 59-72.

¹¹Alguns (por exemplo, E. Sievers) até afirmaram que se pode descobrir um original métrico sob o presente texto do Génesis: cf. Kittel. *GVI*, I, pp. 251ss; Albright, *FSAC*, p. 241; e veja agora/t/em, *YOC*.p. 1.46; também F.M. Cross, *Canaanite Myth and Hebrew* (cf. Harvard University Press, 1973), p. 124 *etpassim*.

te em conexão com os acontecimentos que elas narram, sem dúvida na maior parte, na forma de poemas heróicos (como o cântico de Débora). Podemos ainda supor que, no correr do tempo, as tradições referentes a vários indivíduos — Abraão, Isaac e Jacó — foram agrupadas em amplos ciclos tradicionais, e estes ciclos posteriormente tomaram a forma de uma espécie de épica dos antepassados. Mais tarde ainda, esta épica juntou-se às tradições do êxodo, do Sinai e da conquista, para formar uma grande história épica das origens de Israel.

Durante todo este processo, as tradições passaram por uma espécie de seleção, refração e normalização. O material foi formalizado dentro do molde dos motivos convencionais, enquanto as tradições que eram incompatíveis ou não eram de interesse geral foram descartadas e esquecidas. E todas as tradições, mesmo aquelas que originalmente só pertenciam a pequenos grupos, foram esquematizadas numa forma nacional de referência como as tradições normativas do povo de Israel. Ao mesmo tempo, outras tradições, que escaparam aos documentos mais antigos ou à sua origem, foram igualmente transmitidas. Algumas entraram no Pentateuco separadamente (por exemplo, Gn 14), e outras por meio dos documentos posteriores. Mas os detalhes do processo não podem ser reconstituídos. Tudo o que se pode dizer com segurança é que a corrente de transmissão remonta à idade patriarcal, e que as tradições, contadas e transmitidas entre os vários clãs, alcançaram, durante o período mais primitivo da vida de Israel na Palestina, uma forma normativa como parte de uma grande narrativa épica das origens de Israel.

É verdade que a opinião assumida acima, que é amplamente utilizada atualmente, tem sido contestada vigorosamente nos anos recentes pelos estudiosos. Eles afirmam que as narrativas patriarcais são nada mais do que criações literárias imaginativas de uma data mais tardia (do período inicial da monarquia ou até do período exílico), sem nenhuma apreciação da linha de tradição oral, sem intenção historiográfica ou sem valor histórico.¹² Uma discussão exaustiva não é adequada neste momento. Mas, embora estes estudiosos apresentassem seus argumentos com conhecimento e habilidade, não existe nenhuma dúvida de que suas opiniões ganharão aceitação geral ou duradoura.¹³

¹²-1-. Thompson, *The Historicity of the Patriarchal Narratives* (BZAW 133,1974), coloca a composição de J no início da monarquia, mas acredita que seu autor não tinha à sua disposição nenhuma tradição real do passado distante e nenhum interesse em Acordar eventos históricos. J. Van Seters, *Abraham History and Tradition* (Yale University Press, 1975), coloca a composição de J na mesma época do exílio e argumenta que ela reflete as circunstâncias daquele período, e não aquelas do tempo das origens de ^{srae1}- Nenhum estudioso encontra reminiscências históricas genuínas nas narrativas.

. tt l. T. Luke, "Abraham and the Iron Age: Reflections on the New Patriarchal Studies" *USOT* 4,1977, pp. 35-47), cujas críticas ^o em "linha opinião, tanto bem colocadas quanto reveladoras; cf. também H. Cazelles, in *VT*, XXVIII, 1978, pp. 241-255, na ""a de Van Seters.

Uma data exílica para a composição de J aparece de qualquer forma por causa de razões relativamente improváveis. Entre estas está o fato de que os patriarcas são frequentemente retratados como executores de ações proibidas na lei israelita e presumivelmente ofensivas ao povo de Deus daqueles dias. Por exemplo, Abraão casa-se com sua meio-irmã (Gn 20,12, contrasta com Lv 18,9-11; Dt 27,22); Jacó é ao mesmo tempo marido de duas irmãs (Gn 29;

contrasta com Lv 18,18); Abraão planta uma árvore sagrada (Gn 21,33; contrasta com Dt 16,21), e Jacó ergue os pilares sagrados (Gn 28,22 etc.).¹⁴ Teria um autor exílico retratado os seus reverenciados ancestrais através de tais ações quando ele deveria saber que seus leitores considerariam estas ações como chocantes? É compreensível que as histórias patriarcais, tendo maior ênfase nas promessas reais e eternas de Deus, deveriam ter conseguido uma nova realidade no exílio quando tudo o que se acreditava parecia perdido, porém é inacreditável que elas tivessem sido escritas pela primeira vez naquela data tardia.

É, de fato, amplamente aceito que as histórias patriarcais foram passadas na forma literária durante os tempos iniciais da monarquia (quando J é normalmente datado), e pode-se esperar que traços desse fato sejam produzidos; mas é altamente improvável que um autor do décimo século tivesse usado essas histórias — menos ainda que essas histórias tivessem sido aceitas e acreditadas — e não tivessem correspondido à tradição já antiga e estimada por consideráveis segmentos da população. O fato de as narrativas patriarcais desenvolverem a antiga tradição é apoiado por várias linhas de evidências, algumas das quais serão mencionadas a seguir.

2. Avaliação das tradições como fontes históricas

Embora a idade demonstrável das tradições patriarcais lhes empreste uma suposição de autenticidade, não as confirma como fontes seguras de história. E também deve ser dito que muitos estudiosos recentes se recusam a considerá-las deste modo. Como será, pois, que as vamos julgar, e como será que as iremos usar para reconstituir as origens de Israel? Não podemos com certeza minimizar o problema envolvido. Se buscar as tradições, ou selecionar delas somente o que parece razoável não representa procedimento científico justificável, também não o é recusar-se a reconhecer a natureza e as limitações da evidência.

a. *Limitações da evidência.* Devemos admitir que é impossível no sentido próprio da palavra escrever a *história* das origens de Israel, e isso em

¹⁴Cf. N. M. Sarna, *BARev*, III, 1977, pp. 5-9. para estas e outras críticas da posição de Van Seters.

virtude das limitações da evidência, tanto da parte da arqueologia como da própria Bíblia. Mesmo que aceitemos os relatos bíblicos por seu valor nominal, é impossível reconstituir a história dos começos de Israel. Porque em sua grande parte estes começos são desconhecidos. As narrativas do Génesis são pintadas em preto e branco e numa tela simples, sem nenhuma perspectiva em profundidade. O Génesis nos pinta certos indivíduos e suas famílias, movimentando-se dentro de seu mundo, como se vivessem sozinhos nele. Os grandes impérios do dia, mesmo o pequeno povo de Canaã, se são mencionados, não passam de vozes que se ouvem, de fora do palco. Se os faraós do Egito têm uma modesta parte nas narrativas, eles não são identificados pelos nomes. Não sabemos quem eram eles. Em nenhuma narrativa do Génesis figura alguma histórica mencionada pode ser identificada. Tampouco nenhum antepassado hebreu mencionado foi revelado ainda em nenhuma inscrição contemporânea. Sendo nómades de pouca importância, não é provável que o sejam no futuro. Em consequência de tudo isso, torna-se impossível dizer, em termos de séculos, quando Abraão, Isaac e Jacó realmente viveram. Bastaria isso para não se poder escrever com segurança a história.

Tampouco podemos superestimar a evidência arqueológica. Não é nunca demasiado afirmar que, apesar da luz que a arqueologia tem lançado sobre a idade patriarcal, apesar de tudo o que ela já fez e continua fazendo para justificar a antiguidade e a autenticidade da tradição, ainda não provou que as histórias dos patriarcas aconteceram exatamente como a Bíblia as narra. Na natureza do caso, não é mesmo possível. Ao mesmo tempo — e isso deve ser dito com a mesma ênfase — não apareceu ainda nenhuma evidência que contradiga nenhum item da tradição. Pode-se crer ou não, como se julgar conveniente, mas não existem provas nem de um lado nem de outro. O testemunho da arqueologia é indireto. Ele tem dado ao quadro das origens de Israel, como estas são traçadas pelo Génesis, um sabor de probabilidade, e tem fornecido o pano de fundo para entender este quadro, mas não tem provado que as histórias são verdadeiras em seus pormenores, e não o pode fazer. Não sabemos nada das vidas de Abraão, Isaac e Jacó a não ser o que a Bíblia nos diz. E os pormenores ficam muito além do controle dos dados arqueológicos.

b. *Limitações inerentes à natureza do material.* Toda literatura deve ser interpretada à luz do tipo ao qual ela pertence. Isso não é menos verdadeiro em relação à literatura da Bíblia. As narrativas patriarcais, portanto, devem ser avaliadas pelo que elas são. Para começar, elas fazem parte de uma grande história teológica que compreende todo o Hexateuco e que procura não somente relatar os fatos das origens de Israel, como eles eram lembrados na

tradição sagrada, mas também ilustrar, por meio deles, os atos redentores de Deus em benefício de seu povo. Isso não significa realmente nenhum demérito. E é justamente isso que empresta à narrativa a sua relevância eterna como palavra de Deus. Os meros fatos da história de Israel, se não fossem uma história de fé, teriam muito pouco interesse para nós. Entretanto, significa que o acontecimento e a interpretação teológica não devem ser confundidos. O historiador, sendo um simples homem, não pode escrever uma história da parte de Deus. Embora ele possa mesmo acreditar que a história de Israel foi divinamente guiada, como diz a Bíblia (e deve acreditar!), ele deve relatar acontecimentos humanos. Esses acontecimentos ele deve pesquisar do melhor modo possível além dos documentos que os interpretam teologicamente.

Além disso, a longa corrente de transmissão oral pela qual passaram as tradições e a forma dessas tradições devem ser levadas em consideração. Dizer isso não desacredita a historicidade essencial do material. Poemas heróicos, épicos e saga em prosa, são todos formas de narração histórica. Talvez naquela idade e lugar elas eram as melhores formas, ou talvez as únicas formas apropriadas — certamente para as finalidades da teologia do Pentateuco elas eram formas melhores do que teria sido nossa forma pedante de história. O tipo de material não pode nunca resolver a questão da historicidade cujo grau não precisa ser o mínimo — certamente não no caso de tradições tão únicas como as tradições do Pentateuco. O fato de as histórias dos patriarcas não chegarem a nós na forma de anais históricos, certamente não significa que elas não tenham nenhuma intenção historiográfica, ou que seja impróprio examiná-las por causa de qualquer informação histórica que elas possam revelar.¹⁵ Entretanto, apesar do fato de que as histórias patriarcais parecem claramente personificar uma memória histórica tenaz, a natureza do material é tal que não podemos com base nela empreender a organização dos eventos e assim reconstruir a história das migrações patriarcais — tampouco as biografias dos próprios patriarcas.¹⁶

Além disso, devemos pensar que os acontecimentos são muito mais complexos que o modo como são apresentados na narrativa bíblica. As narrativas foram normalizadas como a tradição nacional, mas não o eram originalmente, porque surgiram antes de existir uma nação. Ademais, elas mostram a tendência do épico de ocultar os complexos movimentos de grupo atrás dos feitos dos indivíduos. Atrás da narrativa simples e esquematizada do Génesis

¹⁵Como Thompson, *op. cit.*, sugere. Veja a crítica de Luke, *art. cit.*, esp. pp. 35-38.

¹⁶Algo como no caso dos Evangelhos; embora estes permaneçam nossa fonte primária de conhecimento do Jesus histórico, o material é tal que o texto de uma biografia de Jesus é uma tarefa que nunca foi realizada com sucesso — e que provavelmente nunca será.

existem grandes migrações de clã, não faltando na própria narração algumas alusões a elas. Superficialmente, poder-se-ia concluir que Abraão partiu de Harã acompanhado somente da esposa, Ló e sua mulher, e alguns criados (Gn 12,5). Mas logo se torna evidente (Gn 13,1-13) que tanto Abraão como Ló eram cabeças de grandes clãs (embora Abraão na época ainda não tivesse filho). O fato de Abraão ter sido capaz de pôr 318 homens em pé-de-guerra (Gn 14,14) demonstra que o seu clã era bastante numeroso! A aniquilação de Siquém por Simeão e Levi (Gn 34) não era com certeza obra de dois homens isolados, mas de dois clãs (Gn 49,5-7).

De qualquer modo, as origens de Israel não eram fisicamente tão simples. Teologicamente, eram todos descendentes de um só homem, Abraão;

fisicamente, eles provinham de muitos troncos diferentes. Não podemos duvidar de que os clãs de origem consanguínea — muitos dos quais iam contribuir mais tarde para a corrente do sangue de Israel — imigraram na Palestina numerosamente nos começos do segundo milênio, e aí se misturaram e proliferaram com o passar do tempo. Certamente cada clã tinha sua tradição de migração. Mas com a formação da confederação israelita sob uma fé que atribuía suas últimas origens a Abraão, as tradições ou eram normalizadas como nacionais, ou abolidas. Não devemos absolutamente simplificar em demasia as origens de Israel, porque elas são muito complexas.

c. Método seguido. Ao discutirmos as origens de Israel, seria muito bom que nos ativésemos a um método tão rigidamente objetivo quanto possível. Repetir a narrativa bíblica seria um procedimento insípido e monótono. Qualquer pessoa poderia fazê-lo por si mesma. Deve-se repetir que, no que respeita à historicidade da maior parte de seus detalhes, a evidência externa da arqueologia não dá nenhum veredicto pró ou contra. Portanto, fazer uma seleção rigorosa das tradições, de acordo com a historicidade disto e negando a historicidade daquilo, é um método muito subjetivo, que só reflete as predileções de cada um. Mas também não existe nenhum método objetivo pelo qual a história das tradições possa ser traçada e o valor da história apurado, pelo exame das próprias tradições. A crítica da forma, indispensável sem dúvida para compreender e interpretar as tradições, não pode, de acordo com a natureza do caso, emitir um juízo sobre a historicidade, na ausência de uma evidência externa.

O único método seguro e certo está num exame equilibrado das tradições contra o cenário do mundo da época, e, a esta luz, emitir juízos positivos permitidos pela evidência. Reconstruções hipotéticas, embora possam ser muito plausíveis, devem ser evitadas. Muita coisa deve permanecer obscura.

Mas também pode ser dito o bastante para nos certificar de que as tradições patriarcais estão firmemente ancoradas na história.